

abordagens

discursivas

Júlia Almeida
Roberto Leiser Baronas
Organização

Júlia Almeida
e Roberto Leiser Baronas
(Org.)

abordagens

discursivas

Letraria
Araraquara
2023

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fake news [livro eletrônico]: abordagens discursivas / organização Júlia Almeida, Roberto Leiser Baronas. - Araraquara, SP: Letraria, 2023.

PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5434-035-9

1. Análise de discurso 2. Meios de comunicação
3. Notícias falsas I. Almeida, Júlia. II. Baronas, Roberto Leiser.

23-157442

CDD-302.231

Índices para catálogo sistemático:

1. *Fake News*: Mídias sociais: Meios de comunicação 302.231
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Conselho editorial

Geraldo Vicente Martins (UFMS)

Marcelo Rocha Barros Gonçalves (UFMS)

Sumário

Prefácio	6
Karina Paes Delgado e Tathiane Milaré	
Apresentação	9
Júlia Almeida e Roberto Leiser Baronas	
<i>Fausses nouvelles: trouble dans la croyance</i>	12
Juliette Roussin	
<i>Fake news: um problema de crença</i>	24
Juliette Roussin	
Tradução: Júlia Almeida e Roberto Leiser Baronas	
“Ideologia de gênero”: mais uma <i>fake news</i>?	35
Júlia Almeida e Hélio Tolentino	
<i>Fake news: pré-discursos e soro antiofídico</i>	49
Roberto Leiser Baronas, Lafayette Batista Melo e Wesley Nascimento Santos	
<i>Fake news e discursos de ódio: o Brasil na era da pós-verdade</i>	67
Júlio Antônio Bonatti Santos	
Sobre os/as autores/as	81

Prefácio

O convite para escrever o prefácio desta obra foi recebido com muita alegria, e aceito de forma consciente da responsabilidade e da prazerosa tarefa de trazer ao(à) leitor(a) um desfecho que não finaliza, pois as reflexões e os apontamentos valiosos desses capítulos nos chamam para tantas outras.

A complexidade do fenômeno de criação e difusão das *fake news*, somada à urgência do debate e das ações que as combatam, constituem um desafio, desses que instigam, para as pessoas que se propõem a debruçar e escrever sobre elas. Não se pode fazer coro a aquilo com o que muitas *fake news* já contribuem: apontar soluções simples para problemas complexos.

Se, por um lado, a crença não é suficiente para justificar a disseminação das *fake news*, por outro, a disseminação de *fake news* leva à crença e causa impactos. Desta forma, percebe-se um movimento frequente e dinâmico em torno do fenômeno das *fake news*, que envolve diversos âmbitos de conhecimentos que necessitam de discussões para que seja possível buscar sua compreensão.

Em um contexto em que as fragilidades das democracias são expostas, as *fake news* se constituem como peças em um jogo estratégico, mas que só se encaixam em receptáculos cujas ideologias e emoções possam ser amparadas, reforçadas e ecoadas em um processo confortável. É estratégico porque há intencionalidade na criação, na divulgação, no compartilhamento e na contraposição das *fake news*. Tem que ser confortável, no sentido de estar alinhado aos desejos e de confirmar os sentimentos e pensamentos preexistentes, porque o incômodo de se deparar com algo que contradiz o que é defendido coloca o jogo em risco, apesar da possibilidade de causar um rebuliço interessante. O encaixe é bem feito porque foi modelado pelos pré-discursos.

Debruçar-se sobre as *fake news* leva-nos a um contexto que vai além da mecanicidade e da teorização que as quantificações ou teorias podem apresentar. Se insere numa questão estritamente qualitativa, pessoal, subjetiva que se mostra com o primeiro desafio encarado ao se buscar compreender e combater esse fenômeno.

A comunicação já possui, em sua natureza propriamente humana, dificuldades que se mostram maiores ainda quando se trata de ideologias, crenças e emoções, muitas vezes não explicadas pelas próprias pessoas que as defendem. As discussões sobre esses pré-discursos, que modelam de forma implícita os dizeres e a comunicação como um todo, afirmam a característica qualitativa e a complexidade da busca pela compreensão do fenômeno de interesse desta obra. Se as *fake news*, entendidas como um discurso mentiroso, possuem uma anterioridade discursiva baseada em subjetividades estritamente pessoais, os questionamentos

se direcionam em como formular uma compreensão geral e atuar no combate a elas de modo eficiente, abrangendo todas as possíveis ideologias, crenças e emoções.

O caso é urgente. Assim como a ciência precisou lidar com a novidade da covid-19 e desenvolver estudos sobre a vacina e outras formas de combate à doença, em meio à pandemia e em um prazo relativamente curto, o combate às *fake news* demanda uma mobilização interdisciplinar, complexa, rápida e efetiva.

Cabe destacar um dos efeitos das iniciativas de tirar de circulação os conteúdos falsos por meio de retirada de financiadores ou denúncias, que é o alerta às pessoas desatentas ao fenômeno das *fake news*. São exemplos os avisos veiculados automaticamente nas redes sociais sempre que um determinado conteúdo trata de assuntos relacionados à covid-19 ou vacinação, indicando as fontes de informações confiáveis. Outro exemplo é o aviso com pedido de confirmação que aparece quando é feita a solicitação para seguir um perfil frequentemente denunciado por disseminação de conteúdo falso no Instagram: “Este perfil recebe muitas denúncias, você quer mesmo segui-lo?”. É claro que resultados mais efetivos decorrem da extinção de perfis dessa natureza, mas não se pode negar que o convite para a reflexão está posto.

Apesar da inflamação do fenômeno das *fake news* ter acontecido com o advento da internet, não se pode dizer que é exclusiva ou natural dela. O espalhamento de discursos mentirosos, vinculados muitas vezes com os discursos de ódio, estrutura-se na sociedade, também, diante de outros meios de comunicação. Até mesmo a partir de falas orais, conversas cotidianas, simples momentos de interação de forma presencial entre duas ou mais pessoas, é possível identificar dizeres constituídos de *fake news*. Vê-se, assim, que o problema se encontra em todos os contextos e esferas da sociedade, como um parasita que sobrevive das polaridades divisórias da existência humana, do qual se esquivar é algo extremamente difícil.

A situação em que vivemos em relação ao fenômeno das *fake news* precisa ser remediada. Quando as *fake news* são alicerces importantes na eleição de um presidente, que se mantém no poder disseminando falsidades explicitamente, a enfermidade já está em um estado avançado. Enquanto a reparação é providenciada, vale lembrar o ditado popular que diz: “prevenir é melhor que remediar”. Dado que não é mais possível prevenir o que se passa no presente, o trabalho para evitar repetições no futuro, a exemplo do que se fez para o controle da pandemia, é a busca da vacina. Ainda seguindo a analogia, considera-se que as vacinas são compostas por antígenos, solventes, adjuvantes e conservantes, cada componente exercendo uma função específica, mas igualmente importante. Para as *fake news*, os adjuvantes poderiam ser os conhecimentos sobre sua morfologia; o contexto midiático, o solvente; os processos educativos, os conservantes; por fim, as dúvidas poderiam ser os antígenos. Já que muitas *fake news* visam

gerar dúvida nas pessoas, o antígeno pode consistir em prepará-las para que desconfiem das *fake news* e coloquem à prova suas (in)certezas.

A necessidade de ações interdisciplinares também chama a atenção ao longo dos capítulos desta obra. A diversidade de olhares para as *fake news* possibilita a ampliação da compreensão ao mesmo tempo em que se torna potente para identificar possibilidades e construir estratégias de combate: do remédio às vacinas e soro antiofídico. As importantes contribuições da Filosofia, Psicologia, Ciência Política, Sociologia e Ciência Linguística são evidentes na obra, assim como dos diferentes papéis sociais, para entender e lidar com o fenômeno.

No entanto, não podemos deixar de destacar o papel da Educação, em uma perspectiva progressista e dialógica, na promoção de uma formação crítica e atuante, de forma compromissada com a diversidade, com a ação responsável, com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Essa formação faz parte do esquema vacinal contra as *fake news*, contribui para a identificação e combate aos discursos de ódio propagados nelas e desconstrói mitos.

É de grande importância uma constituição escolar comprometida com tal objetivo, especialmente quanto à formação docente. É preciso ir além dos modelos de ensino tecnicistas, considerados tradicionais, e buscar uma formação cada vez mais humana das professoras e professores que atuarão com os estudantes. Será a partir dessa formação humana, sem deixar de lado os conhecimentos científicos, que se tornará possível olhar para os sujeitos de dentro da escola, antes de serem estudantes e servidores, como pessoas, como seres humanos. Para isso, clama-se pela pesquisa na formação de professores e na realidade escolar, que poderá promover mudanças diante do contexto e dos desdobramentos da sociedade inflamada de desinformação, articulada com as discussões de todas as áreas citadas, que esta obra nos leva a refletir.

A escola é primordial na promoção e alcance das mudanças sociais que se espera. Nesse sentido, as parcerias entre instituições de pesquisa, especialmente as universidades, e as escolas são potentes para a construção de conhecimentos poderosos de combate à desinformação e de uma atuação escolar comprometida com a formação cidadã dos estudantes. Trata-se, porém, de um processo em longo prazo, que também, e principalmente, requer políticas públicas efetivas, pelas quais devemos nos manter vigilantes e exigentes. Por ora, reafirmamos, temos urgência.

Karina Paes Delgado e Tathiane Milaré

Apresentação

Júlia Almeida e Roberto Leiser Baronas

Dada a quantidade e, especialmente a qualidade do que já foi produzido nos últimos anos, cometer mais um livro, cujo objetivo primeiro é refletir sobre a produção, a circulação, a adesão de *fake news* e alguns de seus maléficos efeitos para a sociedade, pode parecer algo pouco pertinente ou mesmo deveras ineficaz. Todavia, só para ficar numa única *explificativa*¹, os acontecimentos lastimáveis, protagonizados por milhares de bolsonaristas radicais no dia 08 de janeiro de 2023, uma espécie de versão Brasileira² do Capitólio norte-americano, depredando as sedes, o mobiliário e destruindo monumentos e documentos dos três poderes em Brasília – Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Prédio do Supremo Tribunal Federal – nos mostram que essa temática carece ainda de uma premente reflexão. Com efeito, o que faz com que milhares de pessoas, que nas imagens, veiculadas por eles próprios inclusive, mais pareçam personagens mortos vivos de filmes ou animações de terror, autodesignadas de patriotas, enroladas na bandeira brasileira, ataquem tão violentamente a democracia brasileira?

Entendemos que, para além de questões peculiares, o combustível que impulsionou os atos golpistas dos bolsonaristas radicais, destruindo além do nosso patrimônio histórico, o nosso maior ativo ético e político, que é a democracia, conquistada a duras penas, pelos brasileiros e brasileiras ao longo de 21 longos anos, muitos dos quais perdendo as próprias vidas para que esse regime se efetivasse, foi sem sombra de dúvidas a intensa circulação e adesão às *fake news*. O conteúdo dessas *fake news* inscrito numa profusão de difusas questões, que vão do terraplanismo, passando por um bizarro desincentivo à vacinação por parte do ex-supremo mandatário do país, até a uma suposta fraude nas eleições presidenciais de 2022, gestadas com maior intensidade no ambiente digital durante os últimos quatro anos, poderia ser enquadrado no que Magalhães e Queijo (2015), ao analisarem as manifestações de rua de 2013, entendem por metacarnavalização³, visto que, como bem disse o presidente Luíz Inácio

1 Palavra-valise que junta num único significante explicação e justificativa.

2 Designação criada por Monteiro Lobato para a língua brasileira. Segundo o autor, no seu livro *A onda verde e o presidente negro* (1979): “Brasilina [nossa língua brasileira] permanece roceira, e só nos campos reina qual ninfa selvagem – pés nus, ventos nos cabelos, sol nas faces. [...] Porque Brasilina é volúvel. Traja-se de gaúcha dos pampas, de vaqueira no centro, de seringueira na Amazônia e só a teremos estudada de modo integral, nas graças corporais e na psicologia, quando lhe fotografarmos as variantes. Só esse trabalho coletivo nos permitirá a posse do diamante bruto que por aí rola nas mãos calejadas do povileu. Feito isso, é lapidá-lo na ourivesaria da rima e da prosa e teremos criado a língua nova que no futuro falarão cem ou duzentos milhões de homens”.

3 Referimo-nos ao artigo publicado na revista *Bakhtiniana*, intitulado “A arena discursiva das ruas e a condição pós-moderna: das manifestações à carnavalização”. Neste artigo, o objetivo dos autores Anderson Salvaterra Magalhães e Maria Elizabeth da Silva Queijo foi “rastrear, na emergência de enunciados realizados em cartazes nas séries de manifestações de rua no Brasil em 2013 e mobilizados em rede, movimentos discursivos que sinalizam relevante alteração ética e política. De um ponto de vista dialógico de linguagem, descrevem-se as manifestações como cadeia comunicativa discursiva inspirada pelo processo de carnavalização. O espaço da rua e da praça pública, a alteração momentânea da ordem social cotidiana e a tensão ideológica que pode fomentar mudanças sociais autorizam a comparação entre a natureza discursiva das manifestações e a do processo de carnavalização. A partir daí, articulam-se teoria enunciativa e conceitos da filosofia contemporânea, como metanarrativa e condição pós-moderna, para interpretar a mudança de perspectiva axiológica flagrada em cartazes das manifestações. A análise esboçada indica que, discursivamente, de uma manifestação com pauta múltipla encaminha-se um movimento ideologicamente fragmentado que permite emergirem enunciados sem sentido, sugerindo a metacarnavalização do evento”.

Lula da Silva, em entrevista após a tentativa de golpe, os radicais bolsonaristas não tinham uma pauta de reivindicações.

Para dar conta da pergunta enunciada no início desta apresentação é que propomos o presente livro. O grande diferencial desta coletânea é que todos os quatro capítulos que o compõem, escritos por pesquisadores/as brasileiros/as e internacionais, gravitam mais ou menos umbilicalmente em torno de uma única hipótese teórica, qual seja, a de que as *fake news* têm no seu solo epistêmico ou como um dos seus princípios de controle e rarefação discursivos, como nos diria Michel Foucault (2004), se ainda estivesse entre nós, talvez o mais forte desses princípios, um conjunto de pré-discursos (PAVEAU, 2013) (opiniões, crenças, convicções, saberes...). De acordo com essa hipótese, embora promissora, mas talvez ainda não suficientemente testada, especialmente no que concerne à circulação e à adesão das *fake news*, os princípios interacionais (má-fé dos locutores ou ingenuidade dos destinatários), organizacionais dessas mensagens (como as cenografias similares às das mensagens verdadeiras ou o seu conteúdo verbo-visual, baseado em supostos argumentos de autoridade) ou até mesmo discursivos⁴ importam menos do que os pré-discursivos, aqui entendido, talvez grosseiramente, como um sistema complexo de crenças. Nesse sentido, a narrativa apresentada no início do capítulo quatro nos parece ilustrar bem a força dos pré-discursos na circulação e adesão das *fake news*. Ademais, cumpre dizer que este livro é também uma modesta contribuição de pesquisadoras/res engajadas/os na tentativa de desconstruir uma das estratégias dos discursos nazifascistas, que é cooptar adeptos por meio do sequestro das suas opiniões, crenças, convicções, saberes...

Para finalizar esta breve apresentação, cumpre, por um lado, inicialmente justificar a presença do texto de Juliette Roussin também na sua versão francesa, pois com esse gesto entendemos que os leitores brasileiros que leem em francês, se assim entenderem como pertinente, possam ler o original publicado na língua francesa e, depois, deixar para os/as nossos/as leitores/as a tarefa de adentrar no livro livremente, sem que façamos uma espécie de roteiro apresentando cada um dos capítulos, e, por outro, verdadeiramente agradecer primeiramente a todos/as os/as autores/as, que acreditaram no projeto inicial do livro, bem como as prefaciadoras que deram um brilho especial a este material com um lindo paratexto e, por último, mas não menos importante, o Jonathan Chalié, Secretário de Redação da revista *Esprit* pela sua amável

⁴ Sobre essa questão nos diz Indursky (2019, p. 29): “À luz da Análise do Discurso, entendo *fake news* como um processo de torção discursiva realizado sob o efeito de uma identificação ideológica. A torção se dá no momento em que determinado acontecimento é narrado pela mídia de modo a projetar um efeito de verdade ao que, de fato, é uma falsificação do ocorrido. Esse jogo pode ser interpretado como o direito e o avesso da tessitura discursiva da *fake news*, sendo, pois, possível passar de um lado para o outro desse processo pelo viés de uma torção discursiva. Esse gesto de torção está na base da falsificação de notícias, tal como ocorreu no caso da bolinha de papel, por exemplo. Foi uma torção discursiva que possibilitou que a bolinha de papel se transformasse em uma pedra, ou seja, em uma mentira política, numa *fake news*, da mesma forma que foi outra torção discursiva, à luz de outra identificação ideológica, que desconstruiu aquela falsificação, mostrando tratar-se de uma simples bolinha de papel. Se a referida torção discursiva for aceita, ela passa a produzir o desejado efeito de verdade. A prática discursiva da falsificação da notícia adquiriu, no fazer político de nossos dias, uma força muito grande, sinalizando que a versão tem muito mais adesão do que o acontecido”.

autorização para a publicação e tradução do texto da pesquisadora francesa.

Entre São Carlos – SP e Vitória - ES, depois de mais uma tentativa de golpe contra a democracia brasileira, co(-)me(n)tido pelos nazi-bolsonaristas, verão de 2023.

O/A organizador/a

Referências

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11. ed. Tradução de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.

INDURSKY, F. Discurso político: processos de significação em tempos de *Fake News* – uma entrevista com Freda Indursky por Bethania Mariani e Silmara Dela da Silva. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 13-31, 2º número 2019. Disponível em <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44120/25202>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LOBATO, Monteiro. **A onda verde e o presidente negro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

MAGALHÃES, Anderson Salvaterra; QUEIJO, Maria Elizabeth da Silva. A arena discursiva das ruas e a condição pós-moderna: das manifestações à carnavalização. **Revista Bakhtiniana**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 166-185, set./dez. 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/22367/17703>. Acesso em: 01 mar. 2023.

PAVEAU, M-A. **Os pré-discursos: sentido, memória e cognição**. Tradução de Greciely Costa e Debora Massmann. Campinas: Pontes Editores, 2013.

FAUSSES NOUVELLES: TROUBLE DANS LA CROYANCE⁵

Juliette Roussin

⁵ Esta versão foi publicada originalmente na revista *Esprit*, no dossiê intitulado *Internet em mal de démocratié*, em novembro de 2021. Agradecemos vivamente ao Senhor Jonathan Chalier, secretário de redação da *Esprit*, pela amável autorização para a publicação e tradução deste texto. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-esprit-2021-11-page-51.htm>. Acesso em: 01 mar. 2023.

L'adhésion aux fausses nouvelles recouvre une réalité plus complexe qu'on le croit. Loin de relever simplement de la crédulité du public, elle engage une multitude de *régimes de croyance*, allant de la fiction au mensonge à soi-même, qui invitent à interroger la position idéologique qu'elle traduit toujours.

Depuis le cycle politique ouvert en 2016 et les soupçons d'une ingérence russe dans la campagne présidentielle états-unienne, les pouvoirs publics démocratiques (et les réseaux sociaux) cherchent par divers moyens à traquer et à tarir les sources de fausses nouvelles sur Internet. La réception et la rediffusion de ces fausses nouvelles par le public n'ont pas suscité la même réaction, pour des raisons juridiques (et commerciales) évidentes, mais aussi parce qu'il était tentant de voir dans le partage apparemment approbateur de fausses informations le signe de la crédulité d'une partie des citoyens, à laquelle il convenait de remédier par des moyens autres que coercitifs, tels le *fact checking* et l'éducation aux médias.

Cet article analyse, d'un point de vue philosophique, la forme d'*adhésion* qu'expriment ceux qui partagent ou commentent positivement les fausses nouvelles, en particulier politiques. Parce que ce sont des affirmations fausses qui se présentent comme de l'information véritable, et étant donné la massification préoccupante du phénomène depuis 2016, les fausses nouvelles ont surtout été examinées par l'épistémologie, notamment sociale, et la philosophie politique. La première cherche à déterminer les ressorts de la croyance aux fausses informations, les modalités de leur diffusion, et à identifier les outils épistémologiques qui permettraient de lutter contre. La seconde s'interroge sur les intentions politiques de leurs producteurs et sur les menaces que la prégnance des fausses nouvelles fait peser sur la démocratie, à partir des notions en vogue de *bullshit* et de post-vérité. Dans les deux cas, l'adhésion aux fausses nouvelles politiques est appréhendée au prisme d'un modèle cognitiviste, avec l'idée que l'accès à des informations fiables est une condition préalable de choix démocratiques éclairés.

Sans nier l'importance du phénomène, on peut toutefois se demander si la désinformation constitue toujours un problème de cognition politique. L'analyse philosophique des fausses nouvelles semble souvent supposer que ceux qui les partagent ou y réagissent positivement sur les réseaux sociaux croient en la vérité des assertions qu'elles contiennent. Ce postulat de croyance mérite toutefois d'être interrogé. Il ne permet pas de rendre compte des modes et des fonctions de la communication sur les réseaux sociaux dans leur diversité. Il s'appuie en outre sur une représentation trop simple de la croyance, qui admet des degrés, peut être travaillée par le conflit, voire renvoyer à des attitudes mentales différentes dans le langage ordinaire. Pour comprendre l'adhésion aux fausses nouvelles, on doit donc déplacer la focale, du savoir et de ses mésusages, vers l'idéologie et les émotions sociales et politiques. L'adhésion aux fausses nouvelles n'est en effet pas toujours une attitude cognitive, témoignant de la croyance erronée

du sujet en la vérité du contenu aimé, partagé ou commenté, mais elle peut aussi renvoyer à une attitude mentale où la vérité n'est pas en jeu. L'étude de quelques définitions courantes des fausses nouvelles et du postulat de croyance sur lequel elles reposent conduit ainsi à avancer l'idée d'une fonction expressive de l'adhésion aux fausses nouvelles. La comparaison avec deux autres types d'états mentaux complexes, l'immersion dans la fiction et le mensonge à soi-même, permet d'émettre quelques hypothèses sur le régime de croyance que l'adhésion aux fausses nouvelles peut recouvrir.

Qu'est-ce qu'une fausse nouvelle?

Psychologues, philosophes et théoriciens de l'information ont proposé de nombreuses définitions des fausses nouvelles depuis 2016, qui ont notamment pour enjeu de les distinguer conceptuellement de l'erreur journalistique et de la satire¹. La plupart des définitions insistent ainsi non seulement sur la fausseté ou l'absence de « base factuelle » des fausses nouvelles, parfois à la limite du grotesque, mais surtout sur l'intention trompeuse ou manipulatrice au principe de leur fabrication. Les fausses nouvelles consistent en « *la publication, en connaissance de cause ou délibérément, de fausses affirmations factuelles en ligne* », en la « *présentation délibérée de déclarations (typiquement) fausses ou trompeuses comme étant des informations, ces déclarations étant trompeuses à dessein* ». Les producteurs de fausses nouvelles « *savent qu'elles sont fausses à un degré significatif* » et les émettent « *afin qu'elles soient largement rediffusées et dupent au moins une partie de leurs récepteurs* » ; ils « *ont l'intention de tromper ou sont indifférents à la vérité* ». Pour parvenir à leurs fins, ils recourent à l'imitation formelle : les fausses nouvelles « *se présentent comme des nouvelles* », « *imitent les sources d'information fiables* » en reprenant « *les conventions des médias traditionnels* » mais seulement « *dans leur forme* ». Les fausses nouvelles sont des « *informations factices* » qui dégagent une impression de vérité, malgré leur fréquente invraisemblance, parce qu'elles reproduisent les modes de présentation médiatique de l'information, mais pas « *leur processus de production ou leur intention* ».

À la différence de la satire et de l'erreur journalistique, les fausses nouvelles ont donc vocation à tromper le public : elles se font passer pour de vraies informations dans le but de produire des croyances fausses, à des fins politiques, idéologiques ou en vue d'un gain financier. Pour plusieurs philosophes, la « réussite » de la tromperie participerait même de la spécificité des fausses nouvelles. Contrairement au détournement satirique de l'actualité, les fausses nouvelles ont, selon Don Fallis, « *des chances d'engendrer des croyances fausses* » de façon durable chez leurs récepteurs. Leur qualification comme telles dépend en partie du succès qu'elles remportent, mesurable à la fois à leur circulation et à leur prise sur le public : « *pour qu'une déclaration soit considérée comme une fausse nouvelle, elle doit effectivement duper le public* ».

concerné », affirme aussi Axel Gelfert². L'histoire du pape François apportant son soutien à la candidature de Trump en 2016 est une fausse nouvelle, entre autres parce que des millions de gens l'ont prise au sérieux. À l'inverse, quoiqu'elle soit issue d'une « campagne d'information » orchestrée par une agence de communication fantoche, l'affirmation selon laquelle le vaccin Pfizer contre la covid-19 transforme les humains en chimpanzés, n'ayant recueilli aucune mention « j'aime » sur Facebook, s'apparente davantage à un gag raté qu'à une *fake news*.

L'importance des fausses nouvelles dans la vie politique et l'intérêt que prennent certains à leur diffusion tiendraient donc en grande partie à ce qu'elles parviennent à manipuler leurs récepteurs. Comment expliquer que des affirmations, parfois si manifestement fausses ou farfelues, rencontrent un tel succès auprès d'une partie du public ? Certains attribuent cette propension à croire aux fausses nouvelles à de la simple ignorance : la méconnaissance de l'actualité, de l'état du monde et de ses possibles, le manque de compétences en matière de médias entravent la capacité de distinguer le vrai du faux. Dans le sillage de travaux récents en sciences cognitives et en psychologie sociale sur les ressorts « motivés » du raisonnement et de la cognition, plusieurs philosophes y voient plutôt l'effet de « vices intellectuels », c'est-à-dire de modes de pensée et de traits de caractère qui interfèrent avec l'aspiration à la vérité du sujet et rendent difficile, voire impossible, la connaissance³. L'étroitesse d'esprit, la crédulité, la partialité, l'arrogance intellectuelle comptent parmi ces vices du savoir qui puisent leur source, d'après Pascal Engel, dans une « *une insensibilité aux normes épistémiques et aux valeurs intellectuelles* », une indifférence à la vérité, voire un véritable mépris pour la connaissance. Une incapacité ou une réticence à connaître, une disposition dysfonctionnelle ou corrompue à traiter l'information, expliqueraient donc le succès des fausses nouvelles auprès d'une partie du public.

Les engagements idéologiques

Ces approches cognitivistes des fausses nouvelles et de leur réception posent différents problèmes. D'abord, la partition suggérée par plusieurs des définitions précédentes entre un émetteur malveillant et un public victime et crédule reconduit incidemment une forme de complotisme. S'il est certes crucial de neutraliser les instigateurs de campagnes massives de désinformation, l'idée selon laquelle des fabricateurs de fausses nouvelles (personnalités publiques ou organisations œuvrant dans l'ombre) parviendraient, grâce à leurs dons de manipulation, à faire croire à des masses de gens toute histoire pouvant servir leurs fins ressemble à une explication un peu trop simple et commode de phénomènes politiques complexes.

Ensuite, l'attribution aux récepteurs d'une croyance en la vérité des fausses nouvelles, elle-même tributaire d'une disposition dysfonctionnelle ou corrompue à connaître, est contestable

sur plusieurs plans. Elle exprime une forme de paternalisme épistémique : seules l'ignorance, l'irrationalité ou la crédulité peuvent expliquer le comportement de ceux qui adhèrent à des fausses nouvelles politiques. Or il faudrait au minimum justifier ce jugement, qui a toutes les chances d'être lui-même politique. Comme le relève l'épistémologue des vices Quassim Cassam, il est tentant de qualifier d'irrationnelle ou de vicieuse une conviction politique contraire à nos valeurs ou à nos positions partisans. Même quand elle s'applique, la notion de vices intellectuels n'a par ailleurs pas toujours une grande valeur explicative pour rendre compte de l'adhésion aux fausses nouvelles, comme le note encore Cassam. Si j'aime et je partage une fausse information sur des crimes supposément commis par des musulmans ou des immigrés, mon comportement s'explique sans doute plus clairement et directement par mes « *engagements idéologiques plus larges* » que par ma paresse intellectuelle ou mes biais de confirmation⁴. De façon plus grave, l'approche par les vices intellectuels risque de donner une représentation déformée du phénomène de l'adhésion : en l'analysant avant tout comme une violation des normes de la connaissance, elle tend à reléguer au second plan la gravité politique des contenus partagés et la violence des attitudes (la haine ou le racisme, par exemple) qui s'expriment à travers leur partage. De ce point de vue, les principaux enjeux politiques de l'adhésion aux fausses nouvelles, et ce qui explique en partie leur résurgence actuelle, ce sont l'idéologie et la violence des émotions politiques, plutôt que les vices de la croyance.

Enfin, on peut trouver assez imprudente l'attribution d'une croyance en la vérité des fausses nouvelles sur la base de leur partage ou des commentaires approbateurs qu'elles suscitent chez certains utilisateurs des réseaux sociaux. Il ne s'agit pas de nier que les fausses nouvelles puissent, dans certains cas, effectivement tromper leurs récepteurs. En 2019, un sondage mené auprès de 25 000 usagers d'Internet dans vingt-cinq pays rapportait que 86 % des personnes interrogées reconnaissaient avoir d'abord cru une fausse nouvelle en ligne, 6 % d'entre elles déclarant que cela leur arrive « fréquemment »⁵. Toutefois, outre les objections méthodologiques que soulève la méthode du sondage pour attester d'une croyance, on peut s'interroger sur la nature et l'efficacité de ces fausses croyances avouées. Le psychologue Hugo Mercier remarque que si les personnes qui partagent les fausses nouvelles y croyaient réellement, elles agiraient en conséquence. Parmi des millions d'individus déclarant « croire » à l'existence d'un réseau pédophile diligenté par l'ancien directeur de campagne de Hillary Clinton, dont le centre névralgique serait le sous-sol d'une pizzeria de Washington, DC, un seul homme a jugé bon d'intervenir à l'aide d'un fusil d'assaut plutôt que par des insultes et des menaces en ligne : ce qui tend à faire penser que, dans l'immense majorité des cas, les croyances rapportées étaient, à tout le moins, spéculatives⁶. Surtout, l'anthropologie a depuis longtemps établi qu'on ne saurait inférer une croyance d'un comportement, que répéter une rumeur n'est pas forcément la croire⁷. Plusieurs études suggèrent que les fausses nouvelles

n'influencent que faiblement les positions et les comportements politiques, notamment parce que ceux qui y réagissent positivement sont en réalité déjà convaincus par l'idéologie qui les sous-tend⁸. On sait aussi que le démenti ou *fact checking*, souvent mis en avant comme remède efficace contre la prolifération des fausses nouvelles, demeure en fait relativement impuissant à faire changer d'avis ceux qui ont relayé une fausse information: signe que quelque chose résiste qui n'est justement pas de l'ordre de la croyance ou de la connaissance.

Un mode d'expression politique

Partir d'un postulat de croyance n'est donc peut-être pas toujours la façon la plus adéquate de saisir l'adhésion aux fausses nouvelles. Des études récentes laissent penser que, dans un certain nombre de cas, et peut-être particulièrement dans celui des fausses nouvelles *politiques*, l'adhésion aux fausses nouvelles n'est pas une attitude cognitive, mais remplit une fonction purement expressive. L'alternative n'est pas toujours exclusive : on peut bien sûr exprimer ses convictions politiques en partageant des informations qu'on tient par ailleurs pour vraies. Les travaux de John Bullock et de ses collègues suggèrent toutefois que l'énoncé de propositions politiques « factuelles » sert souvent moins à communiquer une information ou à rapporter une croyance qu'à signaler une position idéologique. Plutôt qu'une assertion, le commentaire et le partage de fausses nouvelles peuvent alors être analysés comme une forme d'*expression politique*⁹.

Fausses nouvelles: une forme d'expression politique?

Par leur contenu, les fausses nouvelles politiques cristallisent des émotions sociales et politiques négatives, comme la haine, le ressentiment ou la peur, auxquelles elles offrent un support d'expression. Le pseudo-article de presse prétendant que la campagne d'Emmanuel Macron aurait été secrètement financée par l'Arabie saoudite, qui a abondamment circulé sur les réseaux d'extrême droite dans les mois précédant l'élection présidentielle, conforte ainsi des préjugés xénophobes et islamophobes ; la vidéo de prétendus cadavres abandonnés dans les rues de Wuhan (en réalité, des travailleurs bloqués à Shenzhen et contraints de dormir dehors), vue des centaines de milliers de fois dans les premières semaines de l'épidémie de covid-19, sert de véhicule à l'expression de la peur et de l'hostilité envers la Chine. Le commentaire approuvateur et le partage des fausses nouvelles permettent également d'affirmer l'appartenance à un groupe ou le ralliement à une idéologie, et jouent ainsi le double rôle de signalement et d'expression de soutien partisan. Republier, au lendemain de l'élection présidentielle états-unienne de 2020, une « dépêche » rapportant que le nombre de votes comptés dans l'État du Wisconsin est

supérieur au nombre d'électeurs inscrits, c'est avant tout afficher son positionnement politique et communier avec ceux qui le partagent.

On peut penser que la vérité de ce qui est littéralement énoncé dans le message n'est pas l'enjeu de ces formes de communication. Non pas que l'adhésion aux fausses nouvelles trahisse une indifférence foncière à la vérité. Fausses, les *fake news* partagées permettent d'exprimer une « *vérité plus profonde* » ou « *d'un autre genre* » – c'est-à-dire, à proprement parler, une émotion ou une idéologie: le sentiment de déclassement, d'absence de contrôle sur ses conditions de vie, de privilège perdu, de défiance envers les élites et les institutions, etc. Le faux dans cette perspective « *exprime une part de vrai* » et est même tenu par ceux qui s'en revendiquent pour plus conforme à la vérité que les faits incontestables que les *debunkers* lui opposent. Selon le mot de la journaliste Salena Zito, les électeurs de Trump le prennent « *au sérieux, mais pas au pied de la lettre*¹⁰ ». La vérité ou la fausseté des faits rapportés n'est pas en jeu : ceux qui commentent et partagent ces fausses nouvelles ne prétendent pas porter une information à la connaissance du groupe, mais exprimer l'expérience, les sentiments ou les valeurs qu'elles illustrent, telles des métaphores ou des mythes. C'est cette priorité accordée à la mise en récit des émotions sur la vérité des faits qui rend de telles attitudes foncièrement vicieuses sur le plan intellectuel, selon les épistémologues. Sans nous prononcer sur les mauvaises dispositions intellectuelles qui l'animent, nous voudrions suggérer que cette mise hors jeu de la vérité factuelle indique à tout le moins qu'un régime de croyance complexe est à l'œuvre dans l'adhésion suscitée par certaines fausses nouvelles politiques.

Mettre en question la thèse d'une croyance littérale dans les fausses nouvelles pour insister sur leur fonction expressive ne revient pas à minimiser leur malignité. (On sait que la distinction entre partage et croyance dans ce qui est partagé a servi d'excuse commode à certaines personnes publiques, à commencer par le dernier président des États-Unis, pour relayer des « nouvelles » ou des « études » manifestement fausses ou racistes sur les réseaux sociaux.) Le partage de fausses informations est une forme d'expression politique à des fins idéologiques, voire de propagande, qui suppose qu'une conviction ou une émotion politique pèse davantage qu'une information avérée. Qu'on y croie ou pas, elles menacent à cet égard l'équilibre démocratique. Les moyens de faire face à cette menace, en revanche, diffèrent sensiblement selon que les fausses nouvelles sont crues ou utilisées comme mode d'expression politique.

Croire et ne pas croire

L'épistémologie comprend la croyance comme l'attitude mentale du sujet qui pense que tel état de choses est le cas ou que telle proposition est vraie. Dans le langage ordinaire, nous disons cependant qu'on peut croire tout en étant en proie au doute, et même croire une chose et

son contraire. Les anthropologues, entre autres, ont documenté ce balancement psychologique entre croyance et incroyance, cette cohabitation de tendances contradictoires en un même état mental : « *On croit parfois à quelque chose, et [...] pourtant on n'y croit pas*¹¹. » L'adhésion aux fausses nouvelles en ligne gagne à être comprise comme un tel état contradictoire, proche de l'immersion dans la fiction et du mensonge à soi-même.

Le premier modèle invite à lire l'adhésion aux fausses nouvelles comme « *feintise ludique partagée*¹² ». Suivant les analyses classiques de Hume et de Coleridge, l'entrée dans la fiction suppose une suspension de la croyance ou de l'incrédulité. Au cinéma ou plongé dans un roman, on ne croit pas vraiment que les personnages existent ou qu'ils courent un danger. Selon Jean-Marie Schaeffer, les effets de croyance normalement induits par la représentation sont neutralisés, bloqués, quand on est face à une fiction : on a conscience du leurre comme leurre. On est néanmoins pris dans la fiction, ému ou affecté par elle. On fait « comme si » on croyait, ou plutôt on laisse en suspens le statut du contenu (vrai ou faux) de la fiction pour le plaisir de s'immerger en elle. En effet, la fiction n'est pas soumise aux règles du discours assertif, suivant l'expression de John Searle¹³ : elle ne s'engage pas à dire la vérité ni à prouver ce qu'elle avance ; son discours se situe sur un autre plan. Dans le processus immersif, les frontières entre fiction et réalité restent néanmoins nettes : la capacité maintenue de distinguer le vrai du faux, la feintise du réel, est même une condition de la fiction.

Certains traits de l'expérience fictionnelle se retrouvent dans l'adhésion aux fausses nouvelles. L'outrance fréquente de ces dernières, leur faible degré de crédibilité portent à croire que ceux qui les relaient peuvent avoir conscience d'être face à un discours invitant à suspendre son incrédulité. Analysant un échange de commentaires autour d'un article (en réalité tiré du site satirique Le Gorafi) selon lequel Emmanuel Macron se laverait les mains chaque fois qu'il serre celle d'un pauvre, Romain Badouard relève qu'un usager, agacé par les tentatives répétées de démythification d'un tiers, rétorque : « *Tout le monde sait que c'est du fake, c'est juste pour vous montrer ce que ça fait quand on vous fait l'inverse avec tous les médias qui soutiennent Macron*¹⁴. » Le statut des *fake news* comme discours fictif, non assertif, est ici explicite. Outre l'insignifiance de la fausseté littérale au regard de l'émotion ou du symbole que le récit fictif permet d'énoncer, le commentaire exprime le plaisir (en partie cathartique) de la feintise partagée, et l'agacement face au trouble-fête venu mettre fin à la suspension de l'incrédulité. Le démenti n'a pas d'effet sur le pacte fictionnel qui lie les fausses nouvelles à leurs récepteurs, parce que ce pacte *n'engage pas de croyance* de leur part. QAnon offre un autre cas frappant de feintise ludique partagée. Ensemble de théories du complot plutôt que de fausses informations à proprement parler, QAnon propose à ses usagers de démasquer des conspirations à l'aide de preuves fabriquées et d'informations montées de toutes pièces. Pensé sur le modèle des

jeux en réalité alternée, le dispositif reprend de nombreux codes et ressorts de l'expérience fictionnelle, tels l'immersion, le récit, le plaisir de l'enquête, la participation collaborative au pacte fictionnel¹⁵.

Le rapprochement ne doit pas cependant être poussé trop loin. Le drame du *pizzagate* et l'invasion du Capitole par des adeptes des théories du complot propagées par QAnon illustrent assez que la frontière entre fiction et réalité n'est pas toujours claire pour ceux qui adhèrent aux fausses nouvelles. On ne peut nier par ailleurs que certaines fausses informations s'assimilent davantage à une « feintise sérieuse » : à l'instar des « *fictions du pouvoir* » décrites par Christian Salmon, elles parviennent effectivement à leurrer et cette tromperie sert un objectif (politique) qui n'est pas le plaisir pris à l'histoire fictive¹⁶.

Le mensonge à soi-même offre un autre modèle pour penser l'adhésion aux fausses nouvelles, cette fois sous la forme d'un conflit apparent de croyances¹⁷. Se mentir à soi-même, c'est vouloir croire en dépit du contraire, sous l'influence de désirs ou d'émotions comme l'anxiété ou la colère. Le mensonge à soi-même est souvent analysé comme un vice intellectuel ou un cas de « cognition motivée » : on croit parce qu'on veut croire et, de ce fait, on croit mal, suivant son désir plutôt que les normes de la connaissance. Il est une source de perplexité pour les philosophes, puisqu'il suppose non seulement qu'un sujet ait l'intention de croire le faux, mais surtout parvienne à se le faire croire, ce qui semble impossible: comment le sujet pourrait-il à la fois avoir l'intention de manipuler et être l'objet de la manipulation? Comment pourrait-il croire ce qu'il croit faux ? L'intérêt spécifique du modèle est la complexité du régime de croyance qu'il suppose. Le mensonge à soi-même est une cognition motivée, mais *incomplète*, travaillée par la dissonance et le doute; la croyance et l'incroyance semblent coexister dans la duperie de soi, sous la forme du doute persistant et du malaise intérieur.

Il n'est pas absurde d'envisager l'adhésion aux fausses nouvelles politiques comme une forme de mensonge à soi-même, en ce sens: on peut penser que, stimulés par leurs « *engagements idéologiques plus larges* », certains récepteurs de fausses nouvelles ont le désir d'y croire, et que ce désir fonde leur résistance au démenti comme à l'incrédulité que peut susciter en eux l'invraisemblance de ces récits. Certains peuvent ainsi vouloir croire que les migrants bénéficient d'aides sociales plus élevées que les Français, parce qu'une telle « information » nourrit et justifie le ressentiment et la xénophobie qu'ils éprouvent. En la matière, on pourrait même voir dans la notion de « faits alternatifs », cette tentative radicale pour faire coexister un état de choses et son contraire, le paradigme d'un mensonge à soi-même politique et collectif. La réalité est alors arrangée de manière à pouvoir correspondre à cet état paradoxal, où l'on croit – à un certain niveau, ou en un certain sens – et où pourtant on ne croit pas. Pour résoudre la contradiction épistémologique que représente un tel état, L. Jonathan Cohen et

Pascal Engel¹⁸ proposent chacun de distinguer entre croyance et « *acceptation* » : le sujet qui désire croire une proposition l'accepte et pense sur sa base, sans forcément croire en sa vérité. L'acceptation des épistémologues correspond en cela à ce que nous avons cherché à appréhender ici sous le terme d'« adhésion ».

Ces hypothèses appellent bien sûr vérification: il serait aussi imprudent d'attribuer abstraitement aux acteurs une incrédulité ironique ou un doute intérieur qu'une croyance littérale dans la vérité de ce qu'ils partagent et commentent en ligne. Compléter le modèle de l'information et de la cognition par celui de la fiction ou du mensonge à soi-même présente tout de même plusieurs avantages pour penser au moins certains cas d'adhésion aux fausses nouvelles. Ces modèles protègent effectivement contre la tentation spontanée d'attribuer une croyance naïve en la vérité des fausses nouvelles à ceux qui les partagent. Ils permettent aussi de comprendre l'impuissance relative des réponses exclusivement « intellectuelles » au problème, comme le *fact checking* ou l'éducation aux médias. Enfin, l'analyse des régimes de croyance complexes qu'ils autorisent peut conduire à mieux dégager l'influence des émotions et de l'idéologie dans l'adhésion que suscitent les fausses nouvelles auprès d'une partie du public¹⁹.

Notes

1. Les citations qui suivent sont tirées de : Axel Gelfert, "What is fake news?", dans Michael Hannon et Jeroen de Ridder (sous la dir. de), *The Routledge Handbook of Political Epistemology*, Londres, Routledge, 2021, p. 171-180 ; Neil Levy et Robert Ross, "The cognitive science of fake news", dans *ibid.*, p. 181-191 ; David M. J. Lazer *et al.*, "The science of fake news", *Science*, v. 359, n. 6380, 2018, p. 1094-1096 ; Hunt Allcott et Matthew Gentzkow, Social media and fake news in the 2016 election, *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017 ; David Klein et Joshua Wueller, Fake news: A legal perspective, *The Journal of Internet Law*, v. 20, n. 10, p. 5-13, 2017; Regina Rini, "Fake news and partisan epistemology", *Kennedy Institute of Ethics Journal*, v. 27, n. 2S, p. 43-64, 2017; Don Fallis, "What is disinformation?", *Library Trends*, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015.

2. D. Fallis, "What is disinformation?", art. cité, p. 406; A. Gelfert, "What is fake news?", art. cité, p. 102-103.

3. Sur l'ignorance comme source de l'adhésion aux fausses nouvelles, voir Gordon Pennycook et David Rand, "The psychology of fake news", *Trends in Cognitive Sciences*, v. 25, n. 5, p. 388-402, 2021 ; sur le raisonnement motivé, voir Dan M. Kahn, "The politically motivated reasoning paradigm, Part 1: What politically motivated reasoning is and how to measure it", *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences*, 2016, p. 1-15 ; sur l'épistémologie des vertus et des vices, voir Alessandra Tanesini, *The Mismeasure of*

the Self: A Study in Vice Epistemology, Oxford, Oxford University Press, 2021 ; Pascal Engel, *Les Vices du savoir. Essai d'éthique intellectuelle*, Marseille, Agone, 2019 ; Linda Zagzebski, *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*, New York, Cambridge University Press, 1996. L'ignorance peut être un vice intellectuel dans certains cas, quand elle est volontaire ou résulte de la paresse du sujet, par exemple.

4. Quassim Cassam, "Epistemic vices, ideologies, and false consciousness", dans M. Hannon et J. de Ridder (sous la dir. de), *The Routledge Handbook of Political Epistemology*, *op. cit.*, p. 301-311.

5. *Fake News: A Global Epidemic*, Ipsos, 2019. Malheureusement, le sondage ne précise pas en combien de temps les personnes initialement dupées s'aperçoivent de leur erreur (après quelques secondes de réflexion ? en lisant un démenti plusieurs jours plus tard ?).

6. Voir Hugo Mercier, *Not Born Yesterday: The Science of Who We Trust and What We Believe*, Princeton, Princeton University Press, 2020, p. 154. Je suis redevable à Aude Bandini d'avoir attiré mon attention sur ce point.

7. Voir Gérard Lenclud, « Vues de l'esprit, art de l'autre. L'ethnologie et les croyances en pays de savoir », *Terrain*, n. 14, p. 1-16, 1990 ; Sylvain Delouée, « Répéter n'est pas croire. Sur la transmission des idées conspirationnistes », *Diogène*, n° 249-250, p. 88-98, 2015.

8. Voir H. Allcott et M. Gentzkow, "Social media and fake news in the 2016 election", art. cité ; Romain Badouard, « Fausses informations, vraies indignations ? Les "fake news" comme support des discussions politiques du quotidien », *RESET*, n. 10, p. 1-23, 2021.

9. Voir John Bullock et Gabriel Lenz, "Partisan bias in surveys", *Annual Review of Political Science*, v. 22, n. 1, p. 325-342, 2019 ; John Bullock, Alan Gerber, Seth Hill et Gregory Huber, "Partisan bias in factual beliefs about politics", *Quarterly Journal of Political Science*, v. 10, n. 4, p. 519-578, 2015 ; N. Levy et R. Ross, "The cognitive science of fake news", art. cité ; Marianna Bergamaschi Ganapini, "The signaling function of sharing fake stories", à paraître dans *Mind & Language*.

10. Salena Zito, "Taking Trump seriously, not literally", *The Atlantic*, 23 septembre 2016 ; les citations précédentes sont tirées de Marcel Gauchet, « La guerre des vérités », *Le Débat*, n. 197, p. 20-27, 2017 ; Dominique Cardon, cité par Cécile Daumas, « Post-vérité : le réel en porte-à-faux », *Libération*, 24 janvier 2017.

11. Georg Christoph Lichtenberg, cité par G. Lenclud, « Vues de l'esprit, art de l'autre », art. cité, p. 6.
12. Jean-Marie Schaeffer, *Pourquoi la fiction ?*, Paris, Seuil, p. 146 et 161, 1999.
13. Voir John Searle, "The logical status of fictional discourse", *New Literary History*, v. 6, n. 2, p. 319-332, 1975.
14. R. Badouard, « Fausses informations, vraies indignations ? », art. cité, p. 17.
15. Alex Baron, "QAnon is an alternate reality, but it's no game", *The New Yorker Radio Hour*, 15 janvier 2021. Les jeux en réalité alternée sont des jeux de piste narrés et interactifs, se déroulant à la fois en ligne et dans le monde réel.
16. Voir Christian Salmon, *Storytelling. La machine à fabriquer des histoires et à formater des esprits*, Paris, La Découverte, 2007.
17. D'après Françoise Lavocat, l'immersion dans la fiction est déjà une expérience dynamique impliquant « *un conflit cognitif entre croyance et incroyance* », plutôt qu'une suspension de la croyance ou une mise entre parenthèses du vrai (Françoise Lavocat, *Fait et fiction. Pour une frontière*, Paris, Seuil, p. 224, 2016). Suivant cette interprétation, les deux modèles de la fiction et du mensonge à soi-même reposeraient sur le même principe de tension interne entre croyances contradictoires. Pour les définitions et paradoxes de la duperie de soi, voir par exemple Annette Barnes, *Seeing Through Self-Deception*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997 ; Alfred Mele, *Self-Deception Unmasked*, Princeton, Princeton University Press, 2001.
18. L. Jonathan Cohen, "Belief and Acceptance", *Mind*, v. 98, n. 391, p. 367-389, 1989 et Pascal Engel, « Croyance, jugement et *self-deception* », *L'Inactuel*, v. 3, p. 105-122, 1995.
19. Je remercie l'ensemble des contributeurs de ce numéro pour leurs commentaires et, très chaleureusement, Aude Bandini pour la qualité de sa relecture. Les bêtises sont de mon fait.

FAKE NEWS: UM PROBLEMA DE CRENÇA⁶

Juliette Roussin

⁶ Tradução para o português brasileiro de Júlia Almeida e Roberto Leiser Baronas

A adesão às *fake news* recobre uma realidade mais complexa do que acreditamos. Longe de derivar simplesmente da credulidade do público, essa adesão engaja uma diversidade de *regimes de crença* que vão da ficção à mentira para si mesmo, convidando a questionar a posição ideológica que ela sempre traduz.

Após o ciclo político aberto em 2016 e as suspeitas de uma interferência russa na campanha presidencial estadunidense, os poderes públicos democráticos (e as redes sociais) buscam, por diversos meios, rastrear e eliminar as fontes de *fake news* na internet. A recepção e a redistribuição dessas *fake news* pelo público não suscitaram a mesma reação, por razões legais (e comerciais) evidentes, mas também porque tentava-se ver no compartilhamento aparentemente aprovador de *fake news* o signo da credulidade de uma parte dos cidadãos, a qual devia-se remediar por meios não coercitivos, tais como, a checagem de fatos e a educação para as mídias.

Este capítulo analisa, de um ponto de vista filosófico, a forma de *adesão* que exprimem aqueles que compartilham ou comentam positivamente as *fake news*, particularmente as políticas. Uma vez que essas afirmações falsas se apresentam como informação verídica e dada a massificação preocupante do fenômeno após 2016, as *fake news* foram sobretudo examinadas pela epistemologia, notadamente social, e pela filosofia política. A primeira busca determinar as origens da crença nas falsas informações, as modalidades de sua difusão e identificar as ferramentas epistemológicas que permitem combatê-las. A segunda se interroga sobre as intenções políticas de seus produtores e sobre as ameaças que a prevalência das *fake news* representa para a democracia, a partir das noções de *bullshit* e de pós-verdade. Nos dois casos, a adesão às *fake news* políticas é apreensível sob o prisma de um modelo cognitivista, com a ideia de que o acesso a informações confiáveis é uma condição prévia para as escolhas democráticas observadas.

Sem negar a importância do fenômeno, pode-se, contudo, indagar se a desinformação constitui sempre um problema de cognição política. A análise filosófica das *fake news* parece frequentemente supor que aqueles que as compartilham ou a elas reagem positivamente nas redes sociais creem na verdade das afirmações que elas contêm. Esse postulado da crença merece, contudo, ser interrogado. Ele não permite dar conta dos modos e das funções da comunicação nas redes sociais em sua diversidade. Baseia-se também em uma representação excessivamente simples da crença, que admite graus, pode ser forjada por conflito ou mesmo se referir a diferentes atitudes mentais na linguagem ordinária. Para entender a adesão às *fake news*, devemos, portanto, deslocar o foco do conhecimento e seus maus usos para a ideologia e as emoções sociais e políticas. A adesão às *fake news*, de fato, nem sempre é uma atitude cognitiva que atesta a crença errônea do sujeito na veracidade do conteúdo curtido,

compartilhado ou comentado, mas também pode se referir a uma atitude mental em que a verdade não está em jogo. O estudo de algumas definições comuns de *fake news* e o postulado de crença em que elas se baseiam levam, assim, a avançar a ideia de uma função expressiva de adesão às *fake news*. A comparação com outros dois tipos de estados mentais complexos, a imersão na ficção e a mentira para si mesmo permitem levantar algumas hipóteses sobre o regime de crenças que a adesão às *fake news* pode abranger.

O que é uma *fake news*?

Psicólogos, filósofos e teóricos da informação propuseram muitas definições de *fake news*, desde 2016, com o desafio de distingui-las conceitualmente do erro jornalístico e da sátira⁷. A maioria das definições insiste, desta forma, não apenas na falsidade ou na ausência de uma “base factual” das notícias falsas, às vezes beirando o grotesco, mas sobretudo na intenção enganosa ou manipuladora na origem de sua fabricação. As notícias falsas consistem na “publicação *on-line*, consciente ou deliberadamente, de falsas afirmações factuais”, na “apresentação deliberada de declarações (tipicamente) falsas ou enganosas como se fossem informações, sendo tais declarações propositalmente enganosas”. Os produtores de *fake news* “sabem que elas são falsas em grau significativo” e as emitem “para que sejam amplamente retransmitidas e enganem pelo menos uma parcela de seus receptores”; eles “têm intenção de enganar ou são indiferentes à verdade”.

Para atingir seus fins, esses produtores recorrem à imitação formal: *as fake news* “apresentam-se como notícias”, “imitam fontes de informação confiáveis” retomando “as convenções das mídias tradicionais”, mas apenas “em sua forma”. *Fake news* são “informações falsas” que transmitem uma impressão de verdade, apesar de sua frequente inverossimilhança, uma vez que replicam os modos de apresentação da informação pela mídia, mas não “seu processo de produção ou sua intenção”. Ao contrário da sátira e do erro jornalístico, *as fake news* têm, portanto, vocação para enganar o público: elas se fazem passar por informação verdadeira para produzir falsas crenças, com fins políticos, ideológicos ou em vista de ganho financeiro. Para vários filósofos, o “sucesso” do engano faria mesmo parte da especificidade das *fake news*. Ao contrário de sátiras noticiosas, *as fake news* têm, segundo Don Fallis, “uma chance de gerar falsas crenças” de forma duradoura em seus receptores. Sua qualificação como tal depende, em parte, do sucesso que alcançam, medido tanto pela sua circulação como por sua

⁷ As citações que se seguem são de: Axel Gelfert, “What is fake news?”, em Michael Hannon e Jeroen de Ridder (Org.). *The Routledge Handbook of Political Epistemology*. Londres: Routledge, 2021. p. 171-180; Neil Levy e Robert Ross, *The cognitive science of fake news*, *ibid.*, p. 181-191; David M. J. Lazer et al., “The science of fake news”, *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018; Hunt Allcott e Matthew Gentzkow, “Social media and fake news in the 2016 election”, *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017; David Klein e Joshua Wueller, “Fake news: A legal perspective”, *The Journal of Internet Law*, v. 20, n. 10, p. 5-13, 2017; Regina Rini, “Fake news and partisan epistemology”, *Kennedy Institute of Ethics Journal*, v. 27, n. 2S, p. 43-64, 2017; Don Fallis, “What is disinformation?”, *Library Trends*, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015.

apreensão pelo público: “para que uma declaração seja considerada como uma notícia falsa, deve efetivamente enganar o público interessado”, diz também Axel Gelfert⁸. A história do Papa Francisco apoiando a candidatura de Trump em 2016 é uma notícia falsa, inclusive porque milhões de pessoas a levaram a sério. Por outro lado, embora venha de uma “campanha de informação” orquestrada por uma agência de comunicação fantoche, a afirmação de que a vacina da Pfizer contra a covid-19 transformaria humanos em chimpanzés, sem ter recebido nenhuma menção de “curti” no Facebook, é mais uma piada fracassada do que uma *fake news*.

A importância das *fake news* na vida política e o interesse que alguns têm na sua difusão deve-se, portanto, em grande parte, ao fato de elas conseguirem manipular os seus receptores. Como explicar que declarações, às vezes tão obviamente falsas ou descabidas, alcancem um grande sucesso junto a parcelas do público? Alguns atribuem essa propensão a acreditar em notícias falsas à simples ignorância: o desconhecimento da atualidade, do estado do mundo e de suas possibilidades, a falta de competências midiáticas dificulta a capacidade de distinguir o verdadeiro do falso. Na esteira de trabalhos recentes em ciências cognitivas e em psicologia social sobre os impulsos_“motivadores” do raciocínio e da cognição, vários filósofos aí veem antes o efeito de “vícios intelectuais”, isto é, de modos de pensar e traços de caráter que interferem na aspiração do sujeito à verdade, tornando difícil, senão impossível, o conhecimento⁹. A estreiteza de espírito, a credulidade, a parcialidade, a arrogância intelectual estão entre os vícios do conhecimento que têm sua fonte, segundo Pascal Engel, em “uma insensibilidade às normas epistêmicas e aos valores intelectuais”, uma indiferença à verdade, até mesmo um verdadeiro desprezo pelo conhecimento. Uma incapacidade ou falta de vontade de saber, uma disposição disfuncional ou corrompida para processar informações explicariam, portanto, o sucesso das *fake news* junto a segmentos do público.

Os engajamentos ideológicos

Essas abordagens cognitivistas das *fake news* e de sua recepção colocam diferentes problemas. Primeiro, a divisa sugerida por diversas definições precedentes entre um emissor mal-intencionado e um público vítima e crédulo reconduz frequentemente a uma forma de “complotismo”. Embora seja, com certeza, crucial neutralizar os incitadores de campanhas massivas de desinformação, a ideia segundo a qual os produtores de *fake news* (personalidades públicas ou organizações trabalhando nas sombras) conseguem, graças a seus dons de

8 D. Fallis, “What is disinformation?”, artigo citado, p. 406; A. Gelfert, “What is fake news?”, artigo citado, p. 102-103.

9 Ver sobre a ignorância como fonte de adesão às *fake news*, Gordon Pennycook et David Rand, “The psychology of fake news”, *Trends in Cognitive Sciences*, v. 25, n. 5, p. 388-402, 2021 ; sobre o raciocínio motivado, ver Dan M. Kahn, “The politically motivated reasoning paradigm, Part 1: What politically motivated reasoning is and how to measure it”, *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences*, 2016, p. 1-15; sobre a epistemologia das virtudes e dos vícios, ver Alessandra Tanesini, *The Mismeasure of the Self: A Study in Vice Epistemology*, Oxford, Oxford University Press, 2021; Pascal Engel, *Les Vices du savoir. Essai d'éthique intellectuelle*, Marseille, Agone, 2019; Linda Zagzebski, *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*, New York, Cambridge University Press, 1996. A ignorância pode ser um vício intelectual em certos casos, quando é voluntária ou resulta da preguiça do sujeito, por exemplo.

manipulação, fazer as massas acreditarem em qualquer história que possa servir a seus interesses parece uma explicação um pouco simples e cômoda de fenômenos políticos complexos.

Em seguida, a atribuição, aos receptores, de uma crença na verdade das *fake news*, ela mesma tributária de uma disposição disfuncional ou corrompida ao conhecimento é contestável em vários planos. Ela exprime uma forma de paternalismo epistêmico: só a ignorância, a irracionalidade ou a credulidade pode explicar o comportamento daqueles que aderem às *fake news* políticas. No entanto, seria preciso justificar minimamente esse julgamento que tem todas as chances de ser ele mesmo político. Como revela o epistemólogo de vícios, Quassim Cassam, é tentador rotular como irracional ou viciosa uma crença política contrária aos nossos valores ou às nossas posições partidárias. Mesmo quando ela se aplica, a noção de vícios intelectuais nem sempre tem um grande valor explicativo para dar conta da adesão às *fake news*, como nota Cassam. Se eu curto e compartilho uma falsa informação sobre crimes supostamente cometidos pelos muçulmanos ou imigrantes, meu comportamento se explica sem dúvida mais clara ou diretamente por meus “posicionamentos ideológicos mais amplos” do que por minha preguiça intelectual ou por meu viés de confirmação¹⁰. De maneira mais grave, a abordagem pelos vícios intelectuais arrisca-se a dar uma representação deformada do fenômeno da adesão: analisando-a, antes de mais nada, como uma violação às normas de conhecimento, ela tende a relegar ao segundo plano a gravidade política dos conteúdos compartilhados e a violência das atitudes (o ódio ou o racismo, por exemplo) que se exprimem através do seu compartilhamento. Deste ponto de vista, as principais questões políticas da adesão às *fake news* e o que explica em parte seu ressurgimento atual são a ideologia e a violência das emoções políticas mais do que os vícios da crença.

Enfim, pode-se considerar muito imprudente a atribuição de uma crença na veracidade das *fake news* com base no seu compartilhamento ou nos comentários de aprovação que elas suscitam em certos usuários das redes sociais. Não se trata de negar que as *fake news* possam, em certos casos, efetivamente enganar seus receptores. Em 2019, uma sondagem realizada junto a 25 mil usuários da internet em 25 países registrou que 86% das pessoas interrogadas reconhecem ter a princípio acreditado em uma *fake news on-line*, dentre os quais 6% declaram que isso ocorre “frequentemente”¹¹. No entanto, além das objeções metodológicas levantadas pelo método de pesquisa para atestar uma crença, pode-se interrogar sobre a natureza e a eficácia dessas falsas crenças confessadas. O psicólogo Hugo Mercier observa que se as pessoas que compartilham *fake news* realmente nelas acreditassem, elas agiriam de acordo com isso.

10 Quassim Cassam, “Epistemic vices, ideologies, and false consciousness”, em M. Hannon et J. de Ridder (Orgs.), *The Routledge Handbook of Political Epistemology*, *op. cit.*, p. 301-311.

11 *Fake News: A Global Epidemic*, Ipsos, 2019. Infelizmente, a sondagem não precisa em quanto tempo as pessoas inicialmente enganadas percebem seu erro (após alguns segundos de reflexão? Lendo um desmentido alguns dias depois?)

Entre milhões de indivíduos que declaram “crer” na existência de uma rede pedófila dirigida por um antigo diretor da campanha de Hillary Clinton, cujo centro nevrálgico seria o subsolo de uma pizzeria de Washington DC, apenas um único homem considerou melhor intervir com ajuda de um fuzil do que com insultos ou ameaças *on-line*: o que faz pensar que, na imensa maioria dos casos, as crenças reportadas eram, pelo menos, especulativas¹². Sobretudo a antropologia, há bastante tempo, estabeleceu que não se poderia inferir uma crença de um comportamento, que repetir um rumor não é de fato nele crer¹³. Diversos estudos sugerem que as *fake news* influenciam apenas fracamente os posicionamentos e comportamentos políticos, notadamente porque aqueles que a elas reagem positivamente estão, na realidade, já convencidos pela ideologia que os sustenta¹⁴. Sabe-se também que os desmentidos ou *checagem de fatos*, frequentemente destacados como remédio eficaz contra a proliferação das *fake news*, permanece de fato impotente para mudar de opinião daqueles que retransmitiram uma falsa informação: sinal de que alguma coisa resiste e não é da ordem da crença e do conhecimento.

Um modo de expressão política

Partir de um postulado de crença nem sempre é a maneira mais adequada de entender a adesão às *fake news*. Os estudos recentes permitem pensar que, num certo número de casos e, talvez, particularmente, no caso das *fake news políticas*, a adesão a essas falsas notícias não é uma atitude cognitiva, mas tem uma função puramente expressiva. A alternativa nem sempre é exclusiva: é claro que se pode expressar suas crenças políticas compartilhando informações que, de outra forma, se considera verdadeiras. Os trabalhos de John Bullock e de seus colegas sugerem todavia que o enunciado de proposições políticas “factuais” é geralmente usado menos para comunicar informações ou relatar uma crença do que para sinalizar uma posição ideológica. Para além de uma afirmação, o comentário e o compartilhamento de *fake news* podem então ser analisados como uma forma de *expressão política*¹⁵.

12 Conferir Hugo Mercier, *Not Born Yesterday: The Science of Who We Trust and What We Believe*, Princeton, Princeton University Press, p. 154, 2020. Agradeço a Aude Bandini por me chamar a atenção para esse aspecto.

13 Conferir Gérard Lenclud, « Vues de l'esprit, art de l'autre. L'ethnologie et les croyances en pays de savoir », *Terrain*, n. 14, p. 1-16, 1990; Sylvain Delouée, « Répéter n'est pas croire. Sur la transmission des idées conspirationnistes », *Diogenes*, n. 249-250, p. 88-98, 2015.

14 Conferir H. Allcott et M. Gentzkow, “Social media and fake news in the 2016 election”, artigo citado; Romain Badouard, « Fausses informations, vraies indignations? Les “fake news” comme support des discussions politiques du quotidien », *RESET*, n. 10, p. 1-23, 2021.

15 Conferir em John Bullock e Gabriel Lenz, “Partisan bias in surveys”, *Annual Review of Political Science*, v. 22, n. 1, p. 325-342, 2019; John Bullock, Alan Gerber, Seth Hill et Gregory Huber, “Partisan bias in factual beliefs about politics”, *Quarterly Journal of Political Science*, v. 10, n. 4, p. 519-578, 2015 ; N. Levy et R. Ross, “The cognitive science of fake news”, artigo citado ; Marianna Bergamaschi Ganapini, “The signaling function of sharing fake stories”, a ser publicado em *Mind & Language*.

Fake news: uma forma de expressão política?

Por seu conteúdo, as *fake news* políticas cristalizam as emoções sociais e as políticas negativas, como a raiva, o ressentimento ou o medo, às quais fornecem um meio de expressão. O pseudo artigo da imprensa afirmando que a campanha de Emmanuel Macron teria sido secretamente financiada pela Arábia Saudita, amplamente difundido em redes de extrema-direita nos meses que antecederam as eleições presidenciais, reforça assim os preconceitos xenófobos e islamófobos; o vídeo de supostos cadáveres abandonados nas ruas de Wuhan (na realidade, tratava-se de trabalhadores bloqueados em Shenzhen e forçados a dormir fora de suas casas), visto centenas de milhares de vezes nas primeiras semanas da epidemia de covid-19, é usado como um meio para a manifestação do medo e da hostilidade em relação à China. O comentário aprovador e o compartilhamento de *fake news* permitem igualmente afirmar o pertencimento a um grupo ou endosso ideológico, e assim desempenhar o duplo papel de sinalização e expressão de apoio partidário. Republicar, na sequência das eleições presidenciais americanas de 2020, o “despacho”, informando que o número de votantes em Wisconsin é superior ao número de eleitores inscritos é, antes de tudo, mostrar a própria posição política e identificar-se com aqueles que compartilham essa *fake news*.

Pode-se pensar que a verdade do que é literalmente enunciado na mensagem não é a questão principal nessas formas de comunicação. Isso não quer dizer que a adesão a notícias falsas se apresente como uma indiferença fundamental à verdade. Falsas, as *fake news* compartilhadas permitem exprimir uma “*verdade mais profunda*” ou “*de um outro gênero*”, isto é, elas deixam falar uma emoção ou uma ideologia: o sentimento de ser rebaixado, a ausência de controle sobre suas condições de vida, o privilégio perdido, a desconfiança nas elites e nas instituições, etc. O falso nessa perspectiva “*exprime uma parte da verdade*” e é até mesmo sustentado por aqueles que afirmam estar mais de acordo com a suposta verdade do que com os fatos incontestáveis com os quais os *debunkers* se opõem a ela. Segundo a afirmação da jornalista Salena Zito, os eleitores de Trump o levam “*a sério, mas não ao pé da letra*”¹⁶. A verdade ou a falsidade dos fatos reportados não está em jogo: os que comentam ou compartilham essas *fake news* não pretendem agregar uma informação ao conhecimento do grupo, mas exprimir a experiência, os sentimentos ou os valores que elas ilustram tal qual as metáforas ou os mitos. É esse investimento na narrativa emocional sobre a verdade factual que torna no fundo tais atitudes intelectualmente viciosas, de acordo com os epistemólogos. Sem nos pronunciarmos sobre as frágeis disposições intelectuais que a animam, gostaríamos

16 Salena Zito, “Taking Trump seriously, not literally”, *The Atlantic*, 23 set. 2016; as citações precedentes são tiradas de Marcel Gauchet, « La guerre des vérités », *Le Débat*, n. 197, p. 20-27, 2017; Dominique Cardon, citado por Cécile Daumas, « Post-vérité: le réel en porte-à-faux », *Libération*, 24 jan. 2017.

de sugerir que esta desconsideração pela verdade factual indica, no mínimo, que um regime de crenças complexo está em ação na aderência a certas notícias políticas falsas.

Colocar em questão a tese de uma crença literal nas *fake news* para insistir sobre a sua função expressiva não significa minimizar os seus malefícios (a distinção entre compartilhar e acreditar no que é compartilhado é conhecida por ter sido usada como uma desculpa conveniente por algumas figuras públicas, a começar pelo último presidente dos EUA, Donald Trump, para retransmitir “notícias” ou “estudos” flagrantemente falsos ou racistas nas redes sociais). O compartilhamento de falsas informações é uma forma de expressão política com fins ideológicos, ou mesmo propaganda, assumindo que uma convicção ou emoção política tem mais peso do que informações comprovadas. Quer se acredite ou não, essas notícias falsas ameaçam o equilíbrio democrático a este respeito. Os meios para lidar com esta ameaça, no entanto, diferem significativamente dependendo se se acredita ou se usa *fake news* como um meio de expressão política.

Crer e não crer

A epistemologia entende a crença como a atitude mental do sujeito que pensa que um certo estado de coisas é a própria realidade ou que uma certa proposição é verdadeira. Na linguagem ordinária, dizemos, no entanto, que se pode acreditar na dúvida, e até acreditar em uma coisa e no seu contrário. Os antropólogos, entre outros estudiosos, têm documentado essa espécie de pêndulo psicológico entre crença e descrença, essa co-habitação de tendências contraditórias em um mesmo estado mental: “Às vezes você acredita em algo, e [...] ainda assim você não acredita”¹⁷. A adesão a notícias falsas *on-line* pode ser mais bem compreendida como esse estado contraditório, muito próximo à imersão na ficção e à mentira para si mesmo.

O primeiro modelo convida a interpretar a adesão às *fake news* como “ludicidade compartilhada”¹⁸. Seguindo as análises clássicas de Hume e de Coleridge, a entrada na ficção supõe uma suspensão da crença ou da incredulidade. No cinema ou mergulhados num romance, não cremos verdadeiramente que as personagens existem ou que elas correm perigo. Segundo Jean-Marie Schaeffer, os efeitos da crença normalmente induzidos pela representação são neutralizados, bloqueados. Quando estamos diante da ficção, estamos cientes de que o embuste se apresenta como uma isca. No entanto, estamos envolvidos na ficção, movidos ou afetados por ela. Nós “fingimos” acreditar, ou melhor, deixamos o *status* do conteúdo (verdadeiro ou falso) da ficção em suspenso pelo prazer de mergulharmos na trama. Com efeito, a ficção não é determinada pelas mesmas regras do discurso assertivo, seguindo a expressão de John

17 Georg Christoph Lichtenberg, citado por G. Lenclud, « Vues de l'esprit, art de l'autre », artigo citado, p. 6.

18 Jean-Marie Schaeffer, *Pourquoi la fiction?*, Paris, Seuil, p. 146 e 161, 1999.

Searle¹⁹. Ela não se engaja em dizer a verdade e nem a provar que essa verdade avança; seu discurso se situa sobre um outro plano. Nesse processo imersivo, no entanto, as fronteiras entre ficção e realidade permanecem claras: a capacidade de distinguir entre verdade e falsidade, entre a realidade fingida e a realidade verdadeira, é a condição para a ficção existir.

Algumas características da experiência fictícia podem ser encontradas na adesão às *fake news*. O frequente ultraje destas últimas e seu baixo grau de credibilidade nos levam a acreditar que aqueles que as retransmitem podem estar cientes de que estão diante de um discurso que os convida a suspender sua descrença. Analisando um conjunto de comentários em torno de um artigo (na verdade do *site* satírico *Le Gorafi*), segundo o qual o presidente francês Emmanuel Macron lava as mãos toda vez que aperta a mão de uma pessoa pobre, Romain Badouard observa que um usuário, irritado com as repetidas tentativas de desmistificar um terceiro, rebate “Todos sabem que é falso, é só para lhe mostrar como é quando você obtém o contrário com toda a mídia apoiando o Macron”²⁰. O estatuto das *fake news* como discurso fictício, não assertivo, está aqui claramente explicitado. Além da insignificância da falsidade literal em relação à emoção ou simbolismo que a história fictícia permite que seja enunciado, o comentário expressa o prazer (em parte catártico) da mentira compartilhada e o aborrecimento do encrenqueiro que veio para pôr um fim à suspensão da descrença. O desmentido não tem efeito sobre o pacto fictício que vincula as notícias falsas a seus receptores, porque este pacto não os *compromete a acreditar*. QAnon oferece outro caso marcante de ludicidade compartilhada. Um conjunto de teorias conspiratórias em vez de notícias falsas, QAnon oferece a seus usuários a oportunidade de desmascarar conspirações usando provas e informações fabricadas. Projetado no modelo de jogos de realidade virtual, o dispositivo utiliza muitos dos códigos e recursos da experiência ficcional, tais como, imersão, narração de histórias, o prazer da investigação, participação colaborativa no pacto ficcional²¹.

Entretanto, a comparação não deve ser levada muito longe. O drama do *pizzagate* e a invasão do Capitólio nos EUA²² pelos adeptos das teorias de conspiração, propagadas por QAnon, ilustram bem que a fronteira entre ficção e realidade não é clara para os que aderem às falsas notícias. Não se pode negar, entretanto, que algumas informações falsas são mais parecidas com “falsificações sérias”: como as “ficções de poder” descritas por Christian Salmon,

19 Determinada pelas mesmas regras do discurso assertivo, seguindo a expressão de John Searle

20 R. Badouard, « Fausses informations, vraies indignations? », artigo citado, p. 17.

21 Alex Baron, “QAnon is an alternate reality, but it's no game”, *The New Yorker Radio Hour*, 15 jan. 2021. Os jogos em realidade virtual são jogos de pista narrados e interativos e se desenvolvem às vezes *on-line* e às vezes no mundo real.

22 T: Ou mesmo o recente episódio de bloqueio total ou parcial de rodovias federais e estaduais brasileiras, protagonizado pelos caminhoneiros pedindo intervenção militar, sob a alegação de que as eleições presidenciais brasileiras, que culminaram com a vitória de Luíz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, realizadas no último dia 30 de outubro, com mais de dois milhões de votos à frente do seu oponente, teriam sido fraudadas.

esses adeptos das teorias de conspiração conseguem se enganar e enganar aos outros, e esse engano serve a um propósito (político) que não é o prazer obtido na história fictícia²³.

A mentira para si mesmo oferece um outro modelo para se pensar a adesão às *fake news*, desta vez sob a forma de um aparente conflito de crenças²⁴. Mentir para si mesmo é querer acreditar apesar do contrário, sob a influência de desejos ou emoções como a ansiedade ou a raiva. A mentira para si mesmo é geralmente analisada como um vício intelectual ou um caso de “cognição motivada”: acreditamos porque queremos acreditar e, como resultado, acreditamos equivocadamente, seguindo nosso desejo e não as normas do conhecimento. É uma fonte de perplexidade para os filósofos, pois supõe não só que um sujeito pretende acreditar no falso, mas sobretudo que consegue fazer-se acreditar, o que parece impossível: como poderia o sujeito, ao mesmo tempo, pretender manipular e ser o objeto da manipulação? Como ele pode acreditar no que ele acredita ser falso? O interesse específico do modelo é a complexidade do regime de crenças que tal modelo supõe. A mentira para si mesmo é uma cognição motivada, mas incompleta, trabalhada pela dissonância e a dúvida; a crença e a descrença parecem conviver no autoengano, sob a forma de dúvida persistente e mal-estar interior.

Não é absurdo considerar a adesão às *fake news* políticas como uma forma de mentira para si mesmo. Neste sentido, podemos pensar que, estimulados por “seus engajamentos ideológicos mais amplos”, certos receptores de falsas notícias têm o desejo de crer e que esse desejo é a base de sua resistência à negação e à incredulidade que a implausibilidade dessas histórias pode despertar nesses atores. Alguns podem querer acreditar que os imigrantes se beneficiam de ajudas sociais mais amplas do que os próprios franceses, uma vez que essa “informação” alimenta e justifica o ressentimento e a xenofobia que tais atores sentem. Nesse sentido, pode-se até ver na noção de “fatos alternativos”, esta tentativa radical de fazer coexistir um estado de coisas com seu oposto, o paradigma de uma autoenganação política e coletiva. A realidade é organizada de maneira a poder corresponder literalmente a este estado paradoxal em que se acredita – em algum nível, ou em certo sentido – e ainda não se acredita. Para responder a essa contradição epistemológica que representa esse tal estado paradoxal, L. Jonathan Cohen e Pascal Engel²⁵ propõem cada qual distinguir entre crença e “aceitação”: o sujeito que deseja crer numa proposição a aceita e pensa sobre sua base, sem necessariamente crer na sua veracidade. O conceito de aceitação dos epistemólogos corresponde ao que temos procurado apreender neste texto sob o termo de “adesão”.

23 Conferir Christian Salmon, *Storytelling. La machine à fabriquer des histoires et à formater des esprits*, Paris: La Découverte, 2007.

24 Segundo Françoise Lavocat, a imersão na ficção já é experiência dinâmica que implica “um conflito cognitivo entre crença e descrença” em vez de suspensão ou colocação em parêntesis da crença (Françoise Lavocat, *Fait et fiction. Pour une frontière*, Paris, Seuil, p. 224, 2016). Segundo essa interpretação, os dois modelos da ficção e da mentira para si-mesmo repousam sobre o mesmo princípio da tensão interna entre crenças contraditórias. Sobre as definições e paradoxos do autoengano, ver, por exemplo, Annette Barnes, *Seeing Through Self-Deception*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997; Alfred Mele, *Self-Deception Unmasked*, Princeton, Princeton University Press, 2001.

25 L. Jonathan Cohen, “Belief and Acceptance”, *Mind*, v. 98, n. 391, p. 367-389, 1989 e Pascal Engel, « Croyance, jugement et self-deception », *L'Inactuel*, v. 3, p. 105-122, 1995.

Essas hipóteses ainda carecem de muita verificação: seria imprudente também atribuir abstratamente aos atores uma incredulidade irônica ou dúvida interior mais do que uma crença literal na verdade do que eles compartilham e comentam *on-line*. Complementar o modelo de informação e cognição com o modelo de ficção ou autoengano tem várias vantagens para pensar em pelo menos alguns casos de adesão às *fake news*. Esses modelos efetivamente se protegem contra a tentação espontânea de atribuir uma crença ingênua na verdade de notícias falsas àqueles que as compartilham. Eles também permitem compreender a impotência relativa das respostas exclusivamente “intelectuais” ao problema, como é o caso da *checagem de fatos* ou da educação nas mídias. Em suma, a análise dos regimes de crença complexos, que eles autorizam, pode levar a uma melhor compreensão da influência das emoções e da ideologia na adesão que suscitam as *fake news* pelo menos em uma parte do público²⁶.

²⁶ Agradeço a todos os que leram este meu texto por seus comentários e, especialmente a Aude Bandini pela qualidade da sua releitura. Os problemas que permanecem são de minha inteira responsabilidade.

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: MAIS UMA *FAKE NEWS*?

Júlia Almeida e Hélio Pires Tolentino

Nos últimos anos, houve a disseminação no mundo de um discurso contrário às políticas educacionais progressistas voltadas à diversidade de gênero social e à inclusão da população LGBTQIA+. Para seus defensores, a escola tornou-se o espaço estratégico para a imposição de uma ideologia considerada por alguns grupos contrária à natureza humana: a chamada “ideologia de gênero”. Segundo estudiosos, a expressão emergiu sob as diretrizes do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé (Vaticano), entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000 (JUNQUEIRA, 2019).

No Brasil, essa corrente recebeu apoio de políticos integrantes da extrema-direita, especialmente de alguns agentes políticos ligados à bancada evangélica, representantes de uma ideologia ultraconservadora e de valores morais tradicionais. Esses políticos entendem que questões sobre gênero não devem ser debatidas em sala de aula, mas apenas na esfera familiar, por isso vêm propondo políticas públicas, como os projetos “escola sem partido” e “infância sem pornografia”. Nesse contexto de ascensão da extrema-direita no cenário político, vêm se destacando o uso e a circulação de expressões que condensam tais valores ultraconservadores, como “ideologia de gênero” e “*kit gay*”, mobilizadas em campanhas eleitorais e não raramente associadas à disseminação de informações falsas sobre adversários políticos, tornando-se objetos importantes para a pesquisa do discurso político na atualidade.

Por meio de análise de postagens de autoria de agentes políticos no Facebook, entre 2018 e 2021, este trabalho pretende depreender implicações políticas e éticas que a expressão “ideologia de gênero” mobiliza em seus contextos de circulação, sobretudo o modo como sustenta processos de desinformação sobre educação e gênero. Para tanto, será necessário articular teorias sobre *fake news* e ética ao conceito de fórmula discursiva, que serão a base para o entendimento da desinformação impulsionada por expressões cristalizadas, como “ideologia de gênero”, que alcançam grande propulsão nas redes sociais. A seguir, faremos uma breve inserção nessas vertentes teóricas, de modo a preparar a análise das postagens no tópico seguinte.

Desinformação e virtude discursiva

Em análise sobre processos eleitorais recentes em alguns países, Claire Wardle (2017) tem enfatizado a importância de ampliar o escopo das questões abrangidas pelo debate sobre *fake news*, inclusive a eficácia desta expressão para designar um conjunto de formas e práticas de desinformação, que vão das sátiras e paródias noticiosas, produzidas com finalidade lúdica e crítica, a conteúdos fabricados com finalidade de produzir desinformação. É conhecida a classificação que construiu sobre os tipos de conteúdos problemáticos que circulam com o rótulo de *fake news*, envolvendo distintas formas, motivações e meios de circulação, distintos

graus de manipulação e alteração de fontes genuínas: de conteúdos falsos compartilhados inadvertidamente a imagens distorcidas por comentários e legendas até a criação de conteúdo novo completamente falso, o ecossistema da desinformação é mais complexo do que a expressão “*fake news*” leva a crer.

Aproximaremos aqui essa classificação de Wardle da que propõe Marie-Anne Paveau quando se debruça sobre linguagem e moral, afirmando que seria virtuoso o discurso ajustado aos valores vigentes dos sujeitos ou agentes nas inter-relações sociais, ao estado do mundo ou à percepção da realidade mediada por esquemas cognitivos e à “memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade” (2015, p. 216). Ao contrário, os discursos não virtuosos implicam condutas desajustadas: “merecido genocídio armênio” e “moda de suicídio”, segundo ela, estariam desajustados ao valor da pessoa humana e à memória discursiva; a afirmação de Bill Clinton “não tive relações sexuais com Monica Lewinsky” estaria desajustada à realidade do mundo e às suas representações. Um enunciado pode estar desajustado com relação a mais de um aspecto ou mesmo com relação aos três aspectos enfocados. Poderíamos, assim, ampliar as formas e práticas da desinformação classificadas por Wardle quanto ao grau de manipulação e à genuinidade do conteúdo, considerando o tipo de desajuste e transgressão ética que cada conteúdo produzido representa.

O autoritarismo e suas fórmulas discursivas

Não é por acaso que a teoria das fórmulas discursivas na atualidade da análise do discurso surja de releitura de obras do filósofo Jean-Pierre Faye sobre o nazismo e, como faz notar Alice Krieg-Planque (2010), a própria noção de “fórmula” é tomada pelo filósofo dos textos e autores que analisa, mais particularmente de Carl Schmitt e Ernst Forsthoff, como se, na retórica nazista, os *slogans* da linguagem dos negócios encontrassem um campo novo de experimentação e eficácia na vida política daquele momento. Ainda que a noção de fórmula discursiva de Krieg-Planque se apresente como objeto polêmico, devemos lembrar de sua gênese conceitual como tática de estados autoritários e genocidas que buscam na opacidade de uma nova linguagem uma cobertura cultural para todo tipo de autorização.

A identificação que a extrema-direita brasileira revelou com a retórica nazista, repetindo *slogans*, citações, gestos, pode ser estendida também a esta proliferação de fórmulas que servem para desqualificar discursos e práticas adversários, como “*kit gay*”, “ideologia de gênero”; para nomear projetos, como “educação sem partido” e “escola sem pornografia”, todas mostrando a insistência de seus discursos no domínio da educação, como campo de atividade focal das políticas públicas ultraconservadoras.

Ao se observar a circulação da expressão “ideologia de gênero” desde seu surgimento no mundo, percebe-se que esta foi cunhada com o objetivo inicial de se contrapor aos valores defendidos pelo movimento feminista, mas ganhou escopo mais abrangente na última década, opondo-se às questões LGBTQIA+, que se tornaram o alvo dos posicionamentos ultraconservadores que ascenderam a governos de vários países. No Brasil, esses valores se amplificaram na figura de Jair Bolsonaro, na família presidencial e nos integrantes do seu governo, centrados na defesa da família tradicional, da binaridade homem-mulher, da virilidade, que discrimina mulheres, *gays* e comportamentos não masculinos.

Um corpus revisitado

Este trabalho se vale do *corpus* da dissertação de mestrado *O discurso político sobre gênero na educação e a fórmula discursiva ‘ideologia de gênero’* (TOLENTINO, 2022), que analisou 20 postagens, entre 2018 e 2021, de perfis de políticos e partidos no Facebook que continham a expressão “ideologia de gênero”. Extraídos por meio da plataforma *CrowdTangle*, essas foram as postagens que tiveram o maior número de interações no período o que, pelas técnicas de mineração de dados, significa a soma do número de curtidas, visualizações, comentários e compartilhamentos.

Propomos aqui um novo recorte desse material, selecionando quatro postagens para análise, sendo duas de políticos ultraconservadores, empenhados em uma campanha contra o que consideram “ideologia de gênero”, e duas de políticos progressistas que denunciam o discurso antigênero e suas fórmulas discursivas. Na amostra original, 17 das 20 postagens com o maior número de interações são de políticos ultraconservadores e apenas três de políticos progressistas, essas do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, o que mostra que, quantitativamente, a fórmula “ideologia de gênero” circulou mais no espectro político ultraconservador. Apresentar aqui um número pareado nesta nova amostra é qualitativamente interessante, pois assim podemos acompanhar os discursos pró e antigênero no entorno de ocorrências da fórmula “ideologia de gênero”, correlacionando-os ao ecossistema da desinformação, às questões de ética discursiva e aos valores em negociação e disputa na sociedade.

Nossa análise foi feita respeitando a cronologia e os contextos históricos de inscrição dos textos, assim como os elementos do ambiente digital em que circulam: o Facebook permite postagens plurissemióticas, com número de caracteres ampliado em relação a outras redes sociais, com possibilidade de formato simples (apenas verbal) a formas complexas, com partilha de imagens e fotos, vídeos, notícias etc. Buscamos na análise coadunar os conceitos apresentados anteriormente e que envolvem a desinformação, os ajustes/desajustes do discurso virtuoso/não virtuoso e a fórmula discursiva como cristalização de discursos políticos, no caso de viés ultraconservador.

1 A denúncia da fórmula como desinformação

A primeira postagem a ser analisada circula no momento da campanha eleitoral de 2018, quando, em defesa própria, Jean Wyllys, então deputado federal, contra várias informações falsas divulgadas nas redes sociais que tentaram prejudicar sua campanha à reeleição, publicou longo texto a fim de rebater e esclarecer conteúdos que considera mentirosos.

Imagem 1 - Postagem de Jean Wyllys no Facebook (15/09/2018)

← Jean Wyllys

15 de set. de 2018 ·

Eu nunca disse que iria embora do Brasil se o impeachment fosse aprovado, ou se o Lula fosse preso. Jamais defendi a pedofilia (um crime repugnante!) e a suposta "entrevista de Jean Wyllys à CBN" que fala isso nunca existiu (a própria CBN já fez uma nota oficial denunciando essa calúnia). Eu não sou autor de nenhum projeto de lei para implantar a religião islâmica nas escolas (o projeto citado nas fake news é de outro deputado e fala sobre a cultura dos povos árabes, não sobre ensino de religião!). Também

não apresentei nenhum projeto de lei para "mudar trechos da Bíblia" (isso é ridículo: o Congresso não pode mudar a Bíblia!) ou para legalizar o casamento com animais (algo tão absurdo que levou à condenação na justiça da pessoa que inventou essa mentira sobre mim) ou o casamento com crianças (isso seria abuso sexual!). Meu projeto de lei de identidade de gênero (semelhante à lei argentina e a outra aprovada recentemente no Chile) não vai obrigar nenhuma criança a mudar de sexo (jura que alguém pode acreditar nisso?). O "kit gay" nunca existiu e o livro que

apresentou no Jornal Nacional é uma obra muito séria de um autor suíço e uma autora francesa, foi traduzido a várias línguas, vendeu milhões de exemplares no mundo, mas jamais foi distribuído nas escolas brasileiras. Também não existe nada chamado "ideologia de gênero", um delírio semelhante à teoria da "Terra plana". Eu jamais disse que os cristãos fossem doentes ou que a Bíblia fosse uma piada, nem ofendi os cristãos de nenhuma outra maneira (aliás, eu fui criado por uma mãe católica e comecei minha formação na Pastoral da Juventude da igreja, na cidade de Alagoinhas). Eu não sou

"inimigo da família", muito pelo contrário: sou autor de projetos de lei que incluem milhões de famílias na proteção do Estado e garantem seus direitos!

Meus projetos são sérios e não têm nada a ver com as maluquices que me atribuem em sites anônimos que publicam notícias falsas. Tem muitas mentiras sobre mim sendo espalhadas na internet por políticos corruptos que querem destruir minha reputação. Eu já ganhei vários processos na justiça por essas fake news e tem até um deputado que é réu no Supremo por ter inventado uma notícia

falsa sobre mim.

Agora pense: de onde vêm todas essas mentiras que chegam a você nos grupos de WhatsApp, no Facebook ou por outras vias? Quem paga por tudo isso? Quanto custa espalhar calúnias nas redes sociais? De onde sai o dinheiro? Por que tem tanta grana investida para me difamar? Quais interesses poderosos eu estou prejudicando no meu trabalho como deputado?

Não se deixe enganar! Visite meu site, conheça meus verdadeiros projetos de lei e encontre informações verídicas sobre o meu mandato. Na

seção "Lutando pela verdade", encontre mais informações para se defender da máfia das fake news: www.jeanwyllys5005.com.br

Compartilhe este post!

Se está na internet é Verdade?

NÃO SE DEIXE ENGANAR PELA MÁFIA DAS FAKE NEWS!

JEAN WYLLYS É UM DE NÓS 5005

Curtir Comentar Compartilhar

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/163566147024734/posts/1976149745766356>. Acesso em: 10 maio 2021.

O texto refuta 14 afirmações que circulavam na época contra o deputado, apresentando argumentos, comentários, críticas a cada uma, denunciando o que ele chama de “máfia das *fake news*” e indagando sua origem e recursos. Os enunciados caluniosos refutados constituem um repertório que poderia ser examinado à luz da teoria de Marie Anne-Paveau sobre os possíveis desajustes que afetam a ética discursiva, exemplificando eficazmente: os desajustes quanto à memória discursiva, como nos casos de imputações de falas ao Deputado Jean Wyllis de querer sair do Brasil, de defender pedofilia em entrevista, de dizer que cristãos são doentes etc.; os desajustes quanto ao mundo e suas representações, quando lhe atribuem autoria de projetos de lei para legalizar casamento com animais e crianças, mudar trechos da Bíblia, implantar a religião islâmica, fazer crianças mudarem de sexo etc. Todos mesclados à quebra de valores objetivados na sociedade, como a sinceridade, a honestidade etc., retratando um mundo discursivo (das *fake news*) que se descola abruptamente dos limites éticos.

O teor de denúncia e indignação do texto verbal contrasta com a imagem de um unicórnio envolvido em uma bolha de estrelas e corações, evocando um mundo fantasioso que a legenda associa ao dos usuários crédulos em tudo que circula na internet: “se está na internet é verdade”. A imagem e algumas frases irônicas do texto como “jura que alguém pode acreditar nisso?” conferem um *ethos* mais jocoso à postagem, que alguns seguidores reagem com o emoji de “risada”, obtendo a postagem 1.235.019 interações, aferidas pelo *Crowdtangle*.

No que diz respeito às questões de gênero que são nosso foco, o texto ainda esclarece que o Projeto de Lei sobre identidade de gênero apresentado pelo então Deputado já tinha leis semelhantes aprovadas no Chile e Argentina. Mas é o comentário contra as palavras de ordem dos ultraconservadores – “*kit gay*”, “ideologia de gênero”, “inimigo da família” –, consideradas inverdades como as demais afirmações reportadas, que merecem nossa atenção:

O “*kit gay*” nunca existiu e o livro que o candidato fascista apresentou no Jornal Nacional é uma obra muito séria de um autor suíço e uma autora francesa, foi traduzido a várias línguas, vendeu milhões de exemplares no mundo, mas jamais foi distribuído nas escolas brasileiras. Também não existe nada chamado “ideologia de gênero”, um delírio semelhante à teoria da “Terra plana”. [...] Eu não sou “inimigo da família”, muito pelo contrário: sou autor de projetos de lei que incluem milhões de famílias na proteção do Estado e garantem seus direitos! [...]

Sabemos que todo termo, expressão ou frase candidata à fórmula discursiva alça tornar-se um referente social de grande magnitude, dizer algo para todos, propor um enquadre do mundo com ampla aceitação. É esse caráter de referente social que Jean Wyllis recusa, negando à expressão “ideologia de gênero” a capacidade de designar alguma coisa no mundo, comparando-a a um “delírio semelhante à teoria da Terra plana”. A comparação, como recurso

argumentativo aqui, permite não só distanciar a expressão de qualquer lastro na realidade, como a situa na mesma ordem dos discursos que negam as ciências e o acumulado de saberes que a humanidade sedimentou. Em termos de Paveau, um desajuste em relação ao mundo e às suas representações, mas também em relação à memória discursiva constituída pelos saberes.

Este processo de difamação e desinformação denunciado na postagem foi replicado com outros políticos naquela ocasião e também mais recentemente, nas eleições de 2022, recebendo agora um controle um pouco mais eficaz através de *sites* de denúncias do Supremo Tribunal Eleitoral, dos órgãos e das agências da imprensa, dos partidos políticos e da própria sociedade civil, e uma maior cobrança junto às plataformas digitais para o gerenciamento de denúncias.

A segunda postagem na cronologia do *corpus* foi feita no perfil do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, em 10 de dezembro de 2019, sobre a participação da então Deputada Federal Talíria Petrone na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, com vídeo compartilhado e legenda em caixa alta: “Ideologia de gênero: mais uma *fake news*”. O enunciado que introduz o vídeo contextualiza a intervenção da Deputada do PSOL: “Deputados bolsonaristas resolveram resgatar a absurda discussão de ‘ideologia de gênero’ na Câmara nesta semana. Talíria Petrone desmascarou essa *fake news* que teima em ressurgir”. As imagens gravadas de uma mulher jovem e combativa que fala energicamente a uma Comissão composta majoritariamente por homens contribuem para a leitura de se tratar de uma intervenção importante de quadros do PSOL na discussão sobre gênero.

Imagem 2 – Postagem do PSOL no Facebook (10/12/2019)



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=472228326761818>. Acesso em: 29 mar. 2022.

27 A plataforma *CrowdTangle* afere 470.836 interações para a postagem, entre curtidas, comentários e compartilhamentos.

Em sua fala, inicialmente a Deputada do PSOL considera absurdo que o tema “ideologia de gênero” entre como objeto de deliberação daquela Comissão, “diante de um Brasil com tantas questões, inclusive que atingem crianças e adolescentes”. Logo em seguida, enuncia o que abaixo transcrevemos e que incide sobre a expressão “ideologia de gênero”:

A suposta “ideologia de gênero”, o que aqui eles chamam de “ideologia de gênero” é algo inexistente. Vocês têm que estudar o que é gênero. Gênero é uma categoria analítica, construída sociologicamente, para explicar que há uma diferença na construção social do que é ser homem e do que é ser mulher, que é carregada de poder, de relações de poder, de relações de hierarquia. É daí que surge o termo “gênero”, um termo usado cientificamente para explicar desigualdades históricas e culturais, que atingem homens e mulheres, que produzem inclusive [...] violência contra a mulher em um país que é o 5º com maior índice de feminicídio, em que homens acham que podem tocar no corpo de uma mulher, agredi-la e matá-la, que produz lgbtfobia, que se entende aqui, mulheres que amam mulheres, homens que amam homens podem ser agredidos pela sua condição social, pela sua orientação; que produz [...] violência contra meninas, contra crianças. A contradição presente nessa matéria anticientífica, antievidência, anti-realidade é absurda. Veja: boa parte de meninas violentadas sexualmente são violentadas inclusive nas suas famílias, veja, violentadas nas suas famílias por pais, padrastos. Essa é a maioria de violações que deveriam estar sendo denunciadas por esta Casa, mas não. Se inventa um termo para dialogar com o pensamento do senso comum e não se apresentam saídas para ampliar direito de crianças.

O texto do Partido na postagem e o discurso da parlamentar reforçam o enquadre que Jean Wyllis já havia apresentado, em sua publicação no contexto de campanha, analisada anteriormente. Aqui já se passou um ano de governo Bolsonaro e do novo Congresso e o bolsonarismo avança em seu programa antigênero, fazendo da fórmula “ideologia de gênero” uma bandeira. Ao que responde o PSOL e seus parlamentares com a recusa em qualificar a expressão em seu valor de designação (“é algo inexistente”), em apontar a expressão como engodo (“a suposta”, “mais uma *fake news*”), em denunciar o discurso que a veicula como desajustado em relação à memória discursiva inscrita nos saberes e conhecimentos científicos (“anticientífica”, “senso comum”), ao mundo (“anti-realidade”) e aos valores dos agentes (os direitos violados que permanecem silentes sob a circulação barulhenta da expressão).

Mas o discurso da parlamentar foca também na apresentação positiva do conceito de “gênero” nas proposições científicas, com lastro na vida e nas desigualdades sociais, como um vetor de transformação e igualdade. A deputada contrasta este legado com o termo “ideologia de gênero”, “inventado” “para dialogar com o pensamento do senso comum e não se apresentam

saídas para ampliar direito de crianças”. Paveau nomeia como “amemória” os processos de apagamento de filiações discursivas, o que não seria ilícito evocar aqui, se considerarmos que as temáticas relacionadas a gênero social foram ao longo desses últimos anos objeto de leis que proíbem sua inclusão nas escolas, levando a discussão, através de diversos processos, ao Supremo Tribunal Federal. O PSOL foi um ator importante no contradiscurso ao avanço do ultraconservadorismo e apagamento da noção de gênero no material escolar; sua estratégia de vincular a expressão “ideologia de gênero” às *fake news*, à falácia, ao engodo, à mentira foi uma forma de combater sua propagação e alcance.

2 “Ideologia de gênero” como lar do ultraconservadorismo

A primeira das postagens antigênero é do então presidente Jair Bolsonaro, feita no Facebook no dia 12 de janeiro de 2020, um mês após o debate que vimos acontecer na Câmara dos Deputados na postagem anteriormente analisada. Bolsonaro, que já havia prometido em suas redes sociais, ao longo de seu primeiro ano de gestão, preparar Projeto de Lei proibindo “ideologia de gênero” no ensino fundamental, publica vídeo do então Ministro da Educação Abraham Weintraub anunciando a compra de livros didáticos pelo MEC, tracionado pela legenda “Livro didático no Governo Jair Bolsonaro: mais barato e sem política ou ideologia de gênero”. As imagens do Ministro próximo a janelas do prédio do MEC, mostrando no entorno a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional ao fundo, buscam construir uma visada de eficiência e integração programática do governo Bolsonaro, aqui representado pelo Ministro da Educação:

Imagem 3 – Postagem de Jair Bolsonaro no Facebook (12/01/2020)



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/232788843580414/posts/1704015259791091>. Acesso em: 29 mar. 2022.

28 A plataforma *CrowdTangle* afere o maior número de interações, no período entre 2018 e 2021, para esta postagem, 9.967.056.

A fala do Ministro se volta à polêmica na ocasião sobre custos na compra de livros para distribuição pelo MEC, que ele pretende sanar apresentando o valor baixo de cada livro comprado em lote para distribuição nas escolas e apoio às famílias. A última parte da fala trata de forma alusiva a questão de gênero: “[...] só que não vai ter ideologia, ponto. É pra ensinar a ler, a escrever, ciências, matemática, não é para doutrinar; isso é coisa do passado, daqui pra frente é só coisa boa”.

É este argumento final para justificar o suposto bom gasto do dinheiro público que é trazido para o primeiro plano na legenda e comentário de compartilhamento no *status*: “sem política ou ideologia de gênero”. Do ponto de vista da fórmula discursiva, temos aqui um fenômeno de variantes parafrásticas da expressão “ideologia de gênero”, tanto quando o Ministro afirma que os livros “não terão ideologia, ponto”, em que o termo “ideologia” retoma “ideologia de gênero” pela parte da sequência, como quando o presidente utiliza a conjunção alternativa “ou” em “sem política ou ideologia de gênero”, realizando um processo de sinonímia de expressões, ainda que entre “ideologia de gênero” e “política de gênero” possa haver distinção de sentidos. A primeira é fórmula corrente do discurso ultraconservador e recusada pelo campo progressista e a segunda foi alavancada pelo campo progressista, com base nas teorias de gênero. Também “doutrinar” funciona como equivalente à “ideologia” no discurso do Ministro, sendo igualmente rejeitada.

Como sabemos, a fórmula é objeto de disputas e posicionamentos que podem tanto afirmar quanto recusar seu valor de enquadre do mundo. Para os que recusam seu valor de designação, a fórmula “ideologia de gênero” é falaciosa desde sua criação e em toda a circulação que alcança. Para os que reforçam seu valor de designação, a fórmula “ideologia de gênero” ilustra comportamentos e ações nefastos, justificando um discurso de rejeição de certos conteúdos junto ao público infanto-juvenil. Mas prometer um livro “sem ideologia/sem ideologia ou política de gênero” é também desinformar, ludibriar. Primeiro, pelo avanço do apagamento dos conteúdos ligados à igualdade de gênero, orientação sexual, homofobia etc., que atendem a demandas reais de violências sofridas e direitos que precisam ser garantidos. Segundo, pelo fato de uma política “sem ideologia” ser uma falácia, se considerarmos que a imposição do binarismo cis-heteronormativo à população e a negação ao direito à identidade de gênero é a verdadeira ideologia do governo de Bolsonaro.

Na ocasião dessa publicação, já eram de conhecimento amplo as afirmações da então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves, de que “menino veste azul e menina veste rosa” e que não haveria “ideologia de gênero” no governo Bolsonaro. Esconder a ideologia ultraconservadora que sustenta a política de governo é uma estratégia que se vale especialmente da opacidade da língua e da própria fórmula e suas

variantes, isto é, do fato de que na língua “o que é “vago” e que contribui para dispersar a significação (como o “não dito”, a “polissemia”...) é relevante para os interpretantes” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 171) e constitui um recurso importante para a produção de sentidos.

O uso dessas expressões na construção de políticas públicas faz-se sobre este equívoco fundamental que a própria fórmula constitui: denunciar toda ideologia fazendo-se de não ideologia, mas sendo uma ideologia que se impõe sem se dizer como tal. Nos termos de Paveau, é um processo de apagamento de linhagens discursivas e saberes (amemória) e de revisionismo (desmemória) do que a política implica intrinsecamente como campo discursivo: os posicionamentos e as ideologias; e também um desajuste com relação ao mundo e suas representações, pois mitiga os problemas que o cotidiano de crianças e adolescentes implica, recusando realidades que precisam de compreensão e intervenção.

A última postagem do *corpus* foi publicada em 26 de novembro de 2020, pelo então Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, quando retoma o caso do homicídio do menino Rhuan Maycon, tratado anteriormente em várias publicações de políticos bolsonaristas como sendo a “primeira vítima da ideologia de gênero”. O Deputado, em sua página, postou foto do casal homoafetivo acusado pelo assassinato, mãe e madrasta da criança, detidas na delegacia, e anunciou em seu texto a apresentação de Projeto de Lei alterando Código Penal para aumentar pena de crimes contra crianças e adolescentes. A foto valoriza o olhar baixo das acusadas, enquadradas sobre fundo que explicita o ordenamento policial, e uma legenda em caixa alta em fonte amarela que ressalta: “Rhuan Maycon: lésbicas que esquartejaram menino são condenadas; penas de mãe e companheira somam 129 anos”. A seguir, em fonte menor e branca, mas também em caixa alta, registra-se: “De autoria de Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli, Bia Kicis menciona que o PL 3492/19 inclui motivação de ideologia de gênero nos crimes hediondos e aumenta pena de crimes contra crianças e adolescentes”.

Imagem 4 - Postagem de Eduardo Bolsonaro no Facebook (26/11/2020)



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/509607359088048/posts/3425966570785431>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Em seu texto de abertura no *status*, o deputado lista as alterações propostas pelo PL 3492/19, apresentado com Carla Zambelli e Bia Kicis, deputadas da base bolsonarista:

[...]

- aumentar pena de crimes contra crianças e adolescentes de 30 pra 50 anos;
- colocar motivação de ideologia de gênero como crime hediondo;
- incluir tais crimes como qualificadores de pena.

Se aprovado, o PL 3492/19 inibiria crimes revoltantes como o do menino Rhuan Maycon. Degolado por um casal de lésbicas motivadas por ideologia de gênero, ele também teve olhos furados, pele arrancada e corpo queimado e jogado em um bueiro.

[...]

Aqui “ideologia de gênero” deixa de ser apenas um problema de “doutrinação” em escolas para se tornar um motivo de crime, o que agudizaria o caráter nefasto desta “ideologia”. Embora as circunstâncias do crime envolvam complexidades psiquiátricas, a relação de causalidade entre

29 A plataforma *CrowdTangle* afere 2.561.815 interações para a postagem, entre curtidas, comentários e compartilhamentos, a quarta no *corpus* original em maior número de interações, atrás apenas de três postagens de Jair Bolsonaro.

o discurso de gênero e o crime é o que o deputado pretende afiançar, de modo a avançar em direção à criminalização do discurso progressista de gênero, renovando assim as motivações da ofensiva ultraconservadora. Pinçando este caso de infanticídio como emblemático, transformam “ideologia de gênero” em “ódio aos homens”, justificando o pânico moral instaurado pela bancada ultraconservadora que relaciona a união homoafetiva ao suposto ódio ao menino pelo simples fato de pertencer ao sexo masculino.

Nota-se, portanto, que esses enunciadores não só ratificam a existência de uma “ideologia de gênero”, assim como fazem com que essa dita prática de doutrinação seja a causa de acontecimentos graves e até mesmo de cometimento de crimes. Nesse sentido, a expressão passa a embasar argumentos políticos que apontam para consequências jurídicas sérias, como se ampliasse seu lastro social, criminalizando o modelo de família LGBTQIA+ e o discurso dos adversários progressistas, o que fortalece a intenção de proibir a discussão sobre gênero na educação formal e desabonar todas as relações afetivas distintas da heteronormatividade, como se fosse o bastante para impedir crimes dessa natureza.

Nesse sentido, o parlamentar caminha em direção ao que se pode chamar de pós-verdade, em que se tenta modelar a opinião pública por meio de apelo ao emocional e às crenças pessoais de senso comum, em que os fatos objetivos importam menos do que a polêmica presente na descrição desse triste infanticídio. De novo, a expressão autoriza o desajuste em relação ao mundo e suas representações, desconsidera a memória discursiva que a própria investigação do caso levanta e busca transformar valores com os quais a sociedade e a justiça avaliam os crimes contra crianças e adolescentes.

Conclusão

A análise do *corpus* de quatro postagens de políticos e partidos no Facebook revelou que, quando usada por seus propositores, no caso, Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo Bolsonaro, a fórmula “ideologia de gênero” carrega discursos que buscam reverter os múltiplos processos de conquistas sobre gênero, inclusão, homoafetividade e direitos das minorias. O contradiscurso também pôde ser aferido na postagem de Jean Wyllys e Talíria Petrone – com menor número de interações, o que indica um maior engajamento quanto ao uso da expressão “ideologia de gênero” por políticos de direita e seus seguidores – que insistem em afirmar as demandas sociais e as conquistas científicas e denunciar o discurso antigênero como anticientífico, antidiversidade e anti-realidades sociais.

Embora as postagens selecionadas não evidenciem a apropriação formal que as *fake news* realizam em relação às notícias, elas mostram aspectos mais velados da desinformação, que pode se valer de fórmulas e *slogans* opacos e abertos ao equívoco para impulsionar o

posicionamento político ultraconservador e intolerante e, por meio de falácias e mentiras, amplificar o escopo de sua cruzada ideológica. A fórmula, assim, no que ela diz e esconde, vira uma marca de ultraconservadores, discursos homofóbicos e transfóbicos, inclusive torna-se um *slogan* importante na campanha da extrema-direita nas eleições de 2022. O que mostra que o apego a tipologias com base em aspectos formais das chamadas *fake news* possa ser um caminho limitado de abordagem, já que a desinformação incide em inúmeros processos de interação verbal, valendo-se de formas, gêneros e meios de circulação diversos.

Com relação à ética discursiva e aos desajustes propostos por Paveau, o discurso antigênero no bojo e entorno da fórmula “ideologia de gênero” se vale de processos de revisão e apagamento da memória discursiva acumulada nos saberes acadêmicos, de desconsideração e silenciamento de experiências sociais importantes que demandam respostas e políticas públicas e de disputa e imposição de valores retrógrados, que têm dificuldades de se objetivarem na legislação atual, que avançou bastante nas últimas décadas em termos de direitos sexuais e reprodutivos. Mas os efeitos dessa retórica na educação e na sociedade fazem-se sentir nos discursos e comportamentos intolerantes e mesmo violentos que se espalharam nos últimos anos no Brasil, culminando neste momento com atentados em escolas embalados por uma semântica neonazista cujo alcance e consequências mal começamos a perceber e a controlar.

Referências

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero” a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.). **Debates contemporâneos sobre educação e sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de fórmula em Análise do Discurso**: quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola, 2010.

KRIEG-PLANQUE, A. **Analisar discursos institucionais**. Uberlândia: EdUFU, 2018.

PAVEAU, Marie-Anne **Linguagem e Moral**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2015.

TOLENTINO, H. P. **O discurso político sobre gênero na educação e a fórmula discursiva “ideologia de gênero”**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

WARDLE, C. Fake news. It’s complicated. **First Draft**, 16/02/2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

FAKE NEWS, PRÉ-DISCURSOS E SORO ANTIOFÍDICO

Roberto Leiser Baronas, Lafayette Batista Melo
e Wesley Nascimento Santos

Para começar, uma pequena história com jeito de anedota...

Em julho de 2019, depois de apresentar trabalho no 67º Seminário do GEL, no IBILCE da UNESP, na cidade de São José do Rio Preto, chamei³⁰ um táxi para me levar do hotel em que estava hospedado até a rodoviária. Mal entrei no carro e sem sequer me dizer “boa noite”, o motorista, um senhor de cabelos brancos e rosto bastante sofrido, de mais ou menos 65 anos de idade, começou a contar-me que o filho mais velho, do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, fora filmado saindo de um hotel em Dubai com uma Ferrari banhada a ouro.

Comecei a rir e disse-lhe que isso era mais uma *fake news*. Assim, como a história da fazenda do Lula e de sua família no Tocantins, das suas usinas de álcool e de açúcar na região de Ribeirão Preto e Araraquara – SP e de outras mentiras. Ainda acrescentei: como as mentiras desferidas contra o então candidato Fernando Haddad, que comprometeram toda a lisura e, conseqüentemente, o resultado do processo eleitoral de 2018. Tivemos uma eleição em que um candidato, Jair Bolsonaro, a despeito de seu pouquíssimo tempo de propaganda eleitoral oficial de TV, foi eleito presidente a partir da disseminação em massa de *fake news*, contra o seu principal adversário, especialmente, por meio de mensagens no WhatsApp.

O senhor então em tom agressivo me disse: “Olhe aqui, não estou mentindo, está no meu Whats o vídeo do filho do Lula saindo com sua Ferrari banhada a ouro”. Repentinamente, ele estacionou o carro e me mostrou o vídeo no seu celular. Vi realmente imagens desfocadas de um sujeito, saindo com uma suposta Ferrari cor dourada de um hotel – por conta de uma placa em que estava escrito Hotel – e uma legenda: “Filho do Lula saindo do Hotel em Dubai com sua Ferrari, banhada a ouro, comprada com dinheiro roubado do povo”. Tentei convencê-lo de que se tratava de mais uma mentira, dado que o vídeo estava muito desfocado e não tinha como reconhecer a pessoa, se era ou não o filho mais velho do Lula, nem se realmente se tratava de um hotel em Dubai e muito menos se o carro era uma Ferrari. Lembrei-me do cavaleiro, símbolo da montadora italiana, que fica bem à frente do capô desses carros e que não vira. Além disso, falei: “uma Ferrari banhada a ouro!!! Estranho, pois até onde sei o charme desses carros é serem vermelhos e os seus motores ‘roncarem’ muito alto. Vai ver que o dono desse raríssimo carro é o Rei Midas!!!”.

Todavia, todas as minhas tentativas de contra argumentar foram em vão. Dado o tom cada vez mais agressivo do taxista, acabei então deixando essa discussão para as calendas gregas. Na viagem de volta, já no ônibus, fiquei me perguntando o que faz com que as pessoas acreditem numa história tão estapafúrdia, visto que, para além da legenda, não há nenhum

³⁰ A narrativa em primeira pessoa do singular tem a ver com apenas um dos autores deste artigo.

indício concreto de que se tratava do filho do ex-presidente Lula, muito menos se era um hotel em Dubai e se o carro era mesmo uma Ferrari banhada a ouro. À época, acho que por conta de ter citado o Rei Midas, lembrei-me também do mito de Narciso e, por outro motivo, do bom e velho Althusser com a sua potente proposta da interpelação ideológica: o senhor que me levava à rodoviária, por mais distorcidas que estivessem as imagens, consequentemente sem nenhum indício material de veracidade, só conseguia enxergar no vídeo aquilo que o seu posicionamento ideológico o deixava ver. Entretanto, por mais potente que seja a interpelação ideológica, entendemos que de parilha com ela há outros elementos também determinantes na circulação e eficácia das *fake news*, a saber, os pré-discursos.

Considerações iniciais sobre as *fake news*

Cotidianamente, histórias sobre *fake news*, iguais a que acabamos de relatar, quer seja na mídia tradicional – jornais, revistas... – quer seja nas redes sociais ou ainda em um aplicativo de trocas de mensagens como o WhatsApp circulam verdadeiramente aos borbotões. Essas notícias falsas, que transitam pelos mais diferentes temas, vão, por exemplo, da responsabilização dos chineses pela criação e disseminação do Coronavírus, passando pelo tratamento dos que testaram positivo com o vírus a base de chá de limão e bicarbonato, até a incitação à invasão por parte dos apoiadores de Donald Trump ao Congresso norte-americano³¹ a partir de uma suposta fraude nas últimas eleições presidenciais norte-americanas. Dada a nossa relação quase fisiológica com o digital, a grande maioria das pessoas, com base na identificação de determinados valores, crenças, sentimentos, emoções, práticas, sem nenhum tipo de reflexão passa a compartilhar quase automaticamente esse tipo de mensagens nas suas redes ou nos seus grupos de WhatsApp. Esse problema ganhou contornos incontrolláveis na situação em que estamos vivendo de isolamento e de distanciamento social, decretado pela OMS, por conta da covid-19. O mundo vive o momento da covid-19 e sem sombra de dúvidas e, muito menos sem trocadilho infame, por conta da pandemia e da supermediatização, da qual é objeto, o virtual é o ambiente do *pan demos*. A situação em relação às *fake news* é tão alarmante que, especificamente no caso brasileiro, congressistas criaram um projeto de lei (Lei de Liberdade na Internet³²), conhecida como Lei das *fake news* para coibir a circulação desse tipo de mensagem e se tornou inclusive caso de polícia, após o Supremo Tribunal Federal abrir

31 No dia 06 de janeiro de 2021, apoiadores do então presidente dos EUA, Donald Trump, invadiram o Capitólio, sede do Legislativo Federal Norte-Americano, para obstruir a sessão que certificaria a eleição do então presidente eleito Joe Biden. Vestidos e portando objetos em tons nacionalistas, esses manifestantes, incitados por Trump, via redes sociais, invadiram as galerias e gabinetes do prédio, agrediram pessoas, depredaram móveis, acessaram computadores dos parlamentares, quebraram janelas... Apavorados, os congressistas se jogaram no chão para se proteger dos tiros. O trágico saldo dessa invasão é que três pessoas morreram, 14 policiais ficaram feridos e ao menos 52 pessoas foram presas. O clima de medo se espalhou pela cidade de Washington e a prefeitura decretou toque de recolher a partir das 18 horas.

32 O projeto de lei número PL 2.630/2020, Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet é de autoria do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e dos deputados Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tábata Amaral (PDT-SP) e está em tramitação no Senado Federal.

inquérito³³, que busca apurar a veiculação de notícias falsas contra a própria suprema corte³⁴. Talvez pudéssemos dizer que as *fake news*, assim como os discursos de ódio e a covid-19, são as três grandes pandemias que temos de combater com vacinas e remédios, nessa primeira vintena do século XXI.

Vários estudiosos, não somente os que trabalham no âmbito da comunicação social, mas em diferentes campos do conhecimento, têm se debruçado cotidianamente sobre esse novo mal do século XXI. Todavia, esses trabalhos, por mais bem intencionados e qualificados que sejam, e o são, partem de uma premissa pouco produtiva, em curto tempo, ou seja, pretendem combater o veneno das *fake news* tentando compreender a sua morfologia, no sentido biológico do termo, focando basicamente o seu conteúdo mentiroso e, a partir daí, propor soluções. Em outros termos, buscam entender o funcionamento das suas regularidades políticas, comunicacionais, linguísticas e/ou discursivas, tendo no horizonte que se trata apenas de um discurso mentiroso. Por exemplo: se as *fake news* ampliam ou não a polarização política existente no país, se circulam em distintas redes sociais ou se privilegiam um aplicativo como o WhatsApp; se há problemas de linguagem nos textos – concordância, regência; se são utilizadas frases curtas ou longas; se o vocabulário empregado é simples; se os argumentos utilizados são os de autoridade ou os de *ad hominem*; se os textos e os discursos com os quais dialogam são de fontes confiáveis; se mesclam contraditoriamente texto e imagens... Esse trabalho é muito importante, mas do ponto de vista pragmático, dada a geométrica proliferação dessas notícias falsas, é praticamente nulo em tempo curto. Diante dessa pouca eficácia dos estudos sobre as *fake news*, em relação ao seu combate efetivo, o que inicialmente, por um lado, pretendemos discutir neste texto é um conjunto relativamente pequeno de trabalhos, produzidos no ambiente digital por diferentes atores sociais, que se apresentam como uma espécie de soro antiofídico às *fake news*; por outro lado, compreender o papel fundamental dos pré-discursos na circulação e eficácia das *fake news*.

Trabalhos sobre *fake news*

No âmbito das ciências da linguagem, praticadas no Brasil, as *fake news* têm recebido por parte dos pesquisadores cada vez mais espaço de reflexão. Nesse sentido, cumpre destacar

33 No dia 27 de maio de 2019, a Polícia Federal, por determinação do Supremo Tribunal Federal – STF – cumpriu mandados de busca e apreensão contra aliados e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro no âmbito do inquérito que apura ataques e notícias falsas contra ministros do STF e entre os alvos da operação estão o ex-deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson, e o empresário Luciano Hang, dono das Lojas Havan. Fonte Agência Reuters: <https://br.reuters.com/article/idBRKBN23335Q-OB RTP>.

34 Corroborar o enunciado a prisão em flagrante do Deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), no dia 16 de fevereiro último, decretada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Alexandre de Moraes, por dirigir diversas ofensas e ameaças contra os integrantes do STF, além de fazer apologia à ditadura militar, através de vídeo publicado em suas redes sociais. Em seu despacho disse o Ministro: “As manifestações do parlamentar Daniel Silveira, por meio das redes sociais, revelam-se gravíssimas, pois, não só atingem a honorabilidade e constituem ameaça ilegal à segurança dos ministros do Supremo Tribunal Federal, como se revestem de claro intuito visando a impedir o exercício da judicatura [...] o autor das condutas é reiterante na prática criminosa, pois está sendo investigado em inquérito policial nesta corte, a pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), por ter se associado com o intuito de modificar o regime vigente e o Estado de Direito”.

com muita ênfase o evento realizado pela Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN – Abralín em Cena *fake news* e Linguagem³⁵ – na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – no período de 21 a 23 de novembro de 2019. Esse importante evento congregou diversos pesquisadores das ciências da linguagem e das humanidades de uma maneira em geral e teve como objetivos gerais e específicos:

Nossos objetivos com o evento são: 1) dar visibilidade ao papel central da linguagem para a compreensão do fenômeno das *fake news*; e 2) colocar o campo de estudos da linguagem, mais especialmente os estudos linguísticos, em diálogo direto e aberto com pesquisadores de outros campos, de forma a divulgar o modo como a ciência linguística vem se abrindo para o trabalho inter e transdisciplinar e de forma a contribuir para a compreensão da natureza do fenômeno.

Durante o evento, foram realizadas 18 mesas-redondas e apresentadas 64 comunicações por diferentes pesquisadores de diversas instituições brasileiras, em variados domínios e subdomínios das ciências da linguagem e das humanidades. Com efeito, uma vista d'olhos nos resumos das mesas e das comunicações nos mostra que a preocupação primeira destes trabalhos é com a morfologia (no sentido biológico do termo) das *fake news* e na sequência, a partir desse conhecimento adquirido, propor ações de letramento digital. O resumo abaixo apresentado em uma das mesas é lapidar desse tratamento morfológico e de posterior tratamento a partir do letramento digital das *fake news*:

FAKE NEWS E LINGUAGEM³⁶

“Se a ciência não existisse, meu dia a dia não mudaria muito.”

As *fake news* estão presentes de forma crescente nas redes sociais. Na divulgação/popularização da ciência, esse problema não é diferente. Deparamo-nos, nesse domínio, com *fake news* clássicas, ou seja, com pretensas informações divulgadas como verdadeiras, mas que não se confirmam ou não encontram respaldo na realidade. É caso, por exemplo, de informações infundadas, mentirosas e apelativas sobre vacinas que circulam nas redes sociais. Essas *fake news* são alimentadas por crenças conspiratórias e frequentemente persistem porque as falsidades que ajudam a sustentá-las são repetidas e “impulsionadas” por políticos, atores corporativos, organizações de mídia periféricas com a finalidade de mobilizar apoio político de sua base. Também incluímos, no âmbito desta abordagem das *fake news*, as notícias sobre ciência veiculadas nas mídias tradicionais, que, devido a estratégias de captação para atrair os leitores, provocam mais desinformação do que promovem conhecimento. Esses meios recorrem a títulos apelativos, comparações inadequadas,

35 Mais informações sobre esse importante evento para a compreensão do fenômeno das *fake news* no âmbito da linguagem e das humanidades em geral podem ser encontradas no *site* do evento: <https://em-cena-14.abralin.org/>.

36 Centramo-nos na leitura dos resumos, pois até o momento da redação de uma primeira versão deste capítulo, os trabalhos resultantes das apresentações ainda não estavam disponibilizados.

apelo a falsos argumentos de autoridade, entre outros, que transformam, muitas vezes, a descoberta científica em evento bizarro e sem relação com a vida cotidiana do leitor. Considera-se igualmente que a natureza das interações dos leitores de notícias científicas no ecossistema de informação das redes sociais como Facebook, Twitter ou YouTube tem papel importante na forma como as notícias sobre ciência são recebidas. O modelo operacional dessas plataformas digitais vem sendo explorado com grande eficiência pelos disseminadores de pseudociência e teorias da conspiração na internet. Em nossa fala, trataremos dessas questões e como elas se manifestam nos resultados do último levantamento sobre a percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil, com foco no público jovem, realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT). Abordaremos ainda a necessidade de promover letramento científico de forma a capacitar o leitor para a avaliação de informações mentirosas ou que desinformam e de desenvolver um trabalho urgente na melhoria da comunicação da ciência no Brasil.

Entendemos que trabalhos iguais ao que foi referenciado anteriormente são de fundamental importância para uma compreensão mais refinada do fenômeno das *fake news*, bem como para que, num espaço de tempo mais longo, consigamos formar leitores mais competentes e proficientes na interpretação desses objetos, isto é, esses importantes trabalhos são espécies de vacinas que impedirão que, no futuro, as notícias falsas continuem se proliferando e fazendo tantas vítimas. No entanto, sem nos utilizarmos do argumento da urgência, é preciso pensar também em ações mais em curto prazo para combater as *fake news*. Precisamos, além das fundamentais vacinas, de remédios para combater as mensagens falsas.

Outro trabalho, embora não seja especificamente sobre *fake news*, mas sobre os discursos mentirosos de uma maneira em geral, que merece também muito respeito, dada a sua qualidade reflexiva, é o artigo publicado na revista *Estudos Semióticos* da Universidade de São Paulo – USP, em dezembro de 2019, pela pesquisadora brasileira Diana Luz Pessoa de Barros, intitulado “Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola”. Neste artigo, com base na semiótica francesa, a discursivista brasileira discute o

[...] papel dos estudos linguísticos e discursivos, e, em particular, da semiótica discursiva, no ensino-aprendizagem na escola. [Ela busca mostrar], de forma muito resumida, alguns dos conhecimentos que esses estudos já produziram, e continuam a fazê-lo, sobre a intolerância na e da linguagem, sobre a construção de discursos de aceitação e inclusão social, contrários aos preconceituosos e intolerantes, e, principalmente, sobre a verdade e a mentira dos textos, sobretudo na internet, e, a partir daí, [apontar] alguns rumos para o ensino-aprendizagem na escola em relação a essas questões. A razão disso é que, para que haja realmente aceitação social das diferenças, para que a mudança social e discursiva proposta tenha grande alcance,

para que as crianças e os jovens aprendam a ler textos da internet e a desmascarar a mentira que fundamenta muitos deles, é necessário que esses saberes levem realmente a repensar o ensino-aprendizagem, pois, sem a escola, as mudanças discursivas e sociais esperadas não acontecem ou não têm a penetração desejada. (BARROS, 2019, p. 23).

Na segunda parte de seu texto, “Leitura e mentira na internet: o papel da escola”, a autora apresenta “algumas reflexões sobre como a escola deve fazer do aluno um bom leitor dos textos na internet e como isso passa, entre outras questões, por torná-lo um bom interpretante da verdade e da mentira dos discursos”. Segundo Barros (2019, p. 24):

Para fazer dos alunos bons leitores dos textos na internet, a escola precisa, em primeiro lugar, mostrar-lhes as especificidades veridictórias desses textos, que promovem interpretações marcadamente emocionais e sensoriais. Como essa forma de interpretação é também a principal estratégia de persuasão usada pelo destinador dos textos mentirosos e neles acentuada, a escola deve, em seguida, ensinar os alunos a equilibrar a interpretação sensorial e emocional proposta pelo destinador com uma interpretação mais racional. Essa interpretação mais “racional” só pode estar fundamentada no exame da “exterioridade” discursiva, tal como a semiótica a concebe.

Nesse sentido, com base em uma ampla série de exemplos, marcadamente veiculados no mensageiro WhatsApp, a autora propõe um conjunto muito pertinente de estratégias, que ajudam os alunos a desmascarar a mentira dos textos das *fake news*. Assim, “uma das estratégias mais eficientes de desmascaramento dos discursos mentirosos de quaisquer tipos é a de apontar os diálogos que eles mantêm com outros textos e discursos”, isto é, evidenciar para os alunos o coro de vozes que constitui os textos em análise. Confrontar as vozes que estão nos textos das *fake news* com as outras vozes que estão em outros espaços de enunciação: jornais, revistas, *sites*. Além disso, segundo a autora, pode-se também examinar a organização semântica contraditória entre o verbal e o visual, nas *fake news*, que mobilizam essas duas materialidades. Outra estratégia de desmascaramento das mentiras dos textos é, no caso de este texto estar mal elaborado, usar estratégias inadequadas, organizar-se de forma contraditória, não seguir o padrão do gênero ou o estilo de língua apropriado, esse texto poderá ser “desmascarado” com base nos “desvios” e “erros” de sua composição interna ou de seu estilo, isto é, com base nas inadequações (de ortografia, de estilo, de gênero, etc.) presentes no texto, mostrar para os alunos que são textos “montados”. Por fim a autora nos diz:

[...] os estudos linguísticos e discursivos podem mostrar aos alunos os procedimentos para a boa interpretação dos discursos veiculados na internet, sobretudo, e para o desvelamento dos discursos mentirosos. E insistimos que só com teorias do texto e do discurso podemos contribuir para o desenvolvimento de conhecimento sobre os discursos fundamentados na mentira e

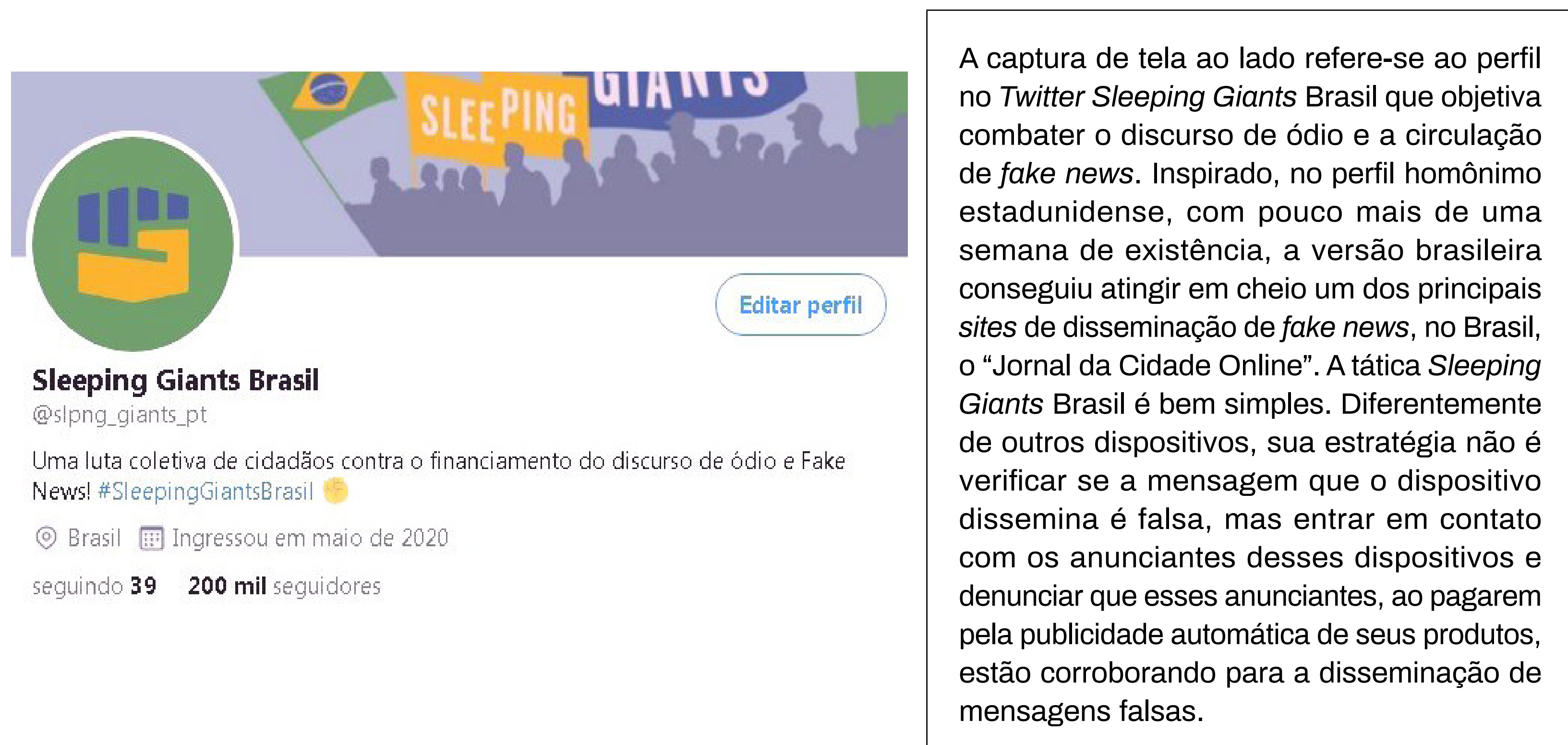
para tornar nossos alunos bons leitores dos textos, sobretudo, dos meios digitais, e adequados interpretantes dos discursos que os rodeiam e muitas vezes sufocam. E não podemos fazer isso sem a escola.

Conforme enunciamos, o trabalho de Barros, muito brevemente resenhado acima, é extremamente importante “para tornar nossos alunos bons leitores dos textos, sobretudo, dos meios digitais, e adequados interpretantes dos discursos que os rodeiam e muitas vezes sufocam”. Todavia, com todo o respeito que o trabalho de Barros merece, entendemos que é possível também pensar em ações mais em curto prazo para o combate às *fake news*.

Combate às *fake news* em curto prazo

Conforme enunciamos, para além de um trabalho em longo prazo para o combate às *fake news*, como as importantes propostas descritas anteriormente, é preciso um trabalho em curto prazo, uma espécie de soro antiofídico que consiga coibir a circulação dessas mensagens falsas.

Figura 1 – Sleeping Giants Brasil 01



Fonte: https://twitter.com/slpng_giants_pt

Em poucos dias, vários anunciantes retiraram seu apoio financeiro aos dispositivos que veiculam mensagens falsas. Conforme se pode ver a seguir:

Figura 2 – Sleeping Giants Brasil 02

embedding Twitter content in your website or app, you are agreeing to the [Developer Agreement](#) and [Developer Policy](#)



Fonte: https://twitter.com/slpng_giants_pt/status/1262783661210062848

Outros candidatos à promoção dos discursos antiofídicos são as plataformas que denunciam *fake news* de várias naturezas, como o e-farsas³⁷ e o boatos.org³⁸. Na figura a seguir, vemos uma publicação do e-farsas em seu perfil do Facebook, que procura coibir a disseminação de notícias falsas de vários tipos, contrapondo-as com mais informação, fontes oficiais e demonstração das contradições existentes.

37 <https://www.e-farsas.com/>

38 <https://www.boatos.org/>

Figura 3 – E-farsas



Fonte: <https://www.facebook.com/efarsas/posts/3478020068874795>

A postagem do e-farsas tem um *link* para seu *site*, no qual há uma elaboração maior para explicar as *fake news*. No *site*, o e-farsas esclarece que “O presidente Jair Bolsonaro assinou uma portaria decretando estado de emergência na área da Saúde, mas não havia nenhuma restrição no que diz respeito às festividades de Carnaval e tampouco de isolamento social! O ministro da Saúde, inclusive, negou que o Carnaval poderia ser um agravante para o surto de coronavírus!”. É mostrado que o falso na notícia é a implicação de que governadores não teriam tido os devidos cuidados e que o presidente, sim, estaria preocupado com a pandemia.

O texto³⁹ da *fake news* afirma que o presidente havia decretado Estado de Emergência no Brasil, em virtude do coronavírus, mas que os governadores ignoraram as ordens federais e prosseguiram permitindo o carnaval. Ou seja, o estado de emergência é colocado como algo positivo para a pandemia e as atitudes dos governadores, como algo negativo, o que não é uma inferência válida, já que o estado de emergência não dá providências de cuidados como

39 Disponível em: https://www.e-farsas.com/bolsonaro-decretou-estado-de-emergencia-antes-do-carnaval-mas-os-governadores-ignoraram.html?fbclid=IwAR1uPSZ1ykhhdVYzIIFV4LECWajfvj5JIGHfB6IXyB-k_k0iGxd_Z5haW9M. Acesso em: 01 mar. 2023.

o distanciamento social nem havia, à época, qualquer razão oficial ou recomendação da OMS que implicasse no cancelamento do carnaval.

De todo modo, as soluções antiofídicas às *fake news* se sustentam por estarem amparadas na busca pela imagem adequada do outro e em bases oficiais. Adotando a distinção do soro antiofídico entre monovalente e polivalente, o *Sleeping Giants* poderia se configurar como uma solução de combate monovalente mais direcionada a fatos políticos e às imagens dos indivíduos e corporações. O e-farsas parece ser uma solução mais polivalente (trata de notícias de saúde, política, celebridades, ciência etc.) e talvez por isso não tenha mostrado um combate tão efetivo quanto o *Sleeping Giants*, que realmente demandou mudanças práticas das atitudes dos indivíduos bastante visíveis. No caso do e-farsas, há eventuais comentários sobre tomada de consciência, mas ainda é intensa a polarização pragmático-política e não são evidenciadas mudanças concretas de práticas.

Os resultados deste estudo mostram que uma solução antiofídica polivalente de combate às *fake news* é válida e deve ser continuada, mas uma solução monovalente tem resultados mais efetivos, produz anticorpos mais fortes no sentido de serem práticas discursivas que levam a mudanças comportamentais concretas e, por isso, novos tipos devem ser pesquisados e investidos para dirimirmos ainda mais as nocivas e doentias formas de notícias falsas que se alastram nos mais diferenciados discursos como uma verdadeira epidemia.

Mais uma solução antiofídica: compreender os pré-discursos

Conforme enunciamos, todas as propostas de combate às *fake news* são muito bem-vindas e devem ser implementadas. Entendemos, no entanto, que essas propostas não lidam com um elemento que é fundamental para a circulação e eficácia das *fake news*, os pré-discursos. Em seu livro *Os pré-discursos: sentido, memória e cognição*⁴⁰ e também no seu texto “As vozes do senso comum na escola”⁴¹, Marie-Anne Paveau nos mostra com raro didatismo e profundidade o papel fundamental dos quadros pré-discursivos (saberes, crenças e práticas – emoções e sentimentos, acrescentaríamos) na constituição dos discursos (ordinários, científicos, religiosos, mentirosos, de ódio...), isto é, como as anterioridades discursivas – o que veio antes e está na base do que eu disse agora – são determinantes no engendramento dos discursos, bem como na sua circulação e eficácia.

40 A edição francesa deste livro foi publicada em 2006 com o título *Les prédiscours: sens, mémoire et cognition* pela Presses Sorbonne Nouvelle.

41 Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2021/01/Linguistica-folk-uma-introducao-Letraria-VER-ONLINE.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

Não se trata especificamente dos alhures discursivos – do que veio antes, independentemente de outros lugares enunciativos – (estereótipos, memória, interdiscurso, pré-construído, discurso transverso...), o primeiro vindo da sociologia e os quatro últimos tão pertinentemente postulados por Pêcheux (1971, 1975, 1981, 1982...) e seu coro de vozes, sempre em ponto de fuga, mas algo que é da ordem do pré-dizível, ou do *préalable*, como designam os franceses e, em um contexto político e epistemológico bem específico (linguística saussuriana; althuserianismo e lacanismo), que não necessariamente se materializa no dizível, mas que sempre o enforma. Em última instância, os alhures discursivos também são enformados pelas crenças, valores, emoções, sentimentos e práticas, ou seja, pelos quadros pré-discursivos, que seriam uma espécie de anterioridade das anterioridades discursivas.

Por mais que se avizinha, não se trata de uma ordem discursiva institucional, tal qual a perquirida por Michel Foucault na sua Aula Inaugural no Collège de France, em dezembro de 1970, talvez uma ordem *prealable*, com princípios de controle e rarefação pré-discursivos, muito distintos dos propostos por Foucault, tampouco de uma formação discursiva no sentido foucaultiano ou mesmo pecheano do termo, mas mais próximo do que poderíamos chamar, por falta de um melhor nome no momento, de uma enformação discursiva. Enformação justamente porque formata os discursos antes mesmo de que eles possam ser ditos.

É preciso dizer também que os pré-discursos, embora façam parte de um quadro de crenças, valores, emoções, sentimentos e práticas, funcionam diferentemente para os diferentes tipos de discurso, ou seja, não há uma matriz pré-discursiva única a-histórica para todos os tipos de discurso. Dito de outro modo, os pré-discursos que enformam os discursos de ódio não são os mesmos que enformam as *fake news*, por exemplo. Para dar conta de tal asserção, trabalharemos aqui muito rapidamente com três *fake news*, recolhidas *au vol* (MOIRAND, 2020) de um *site* oficial, de uma mensagem particular de WhatsApp e de um *e-mail*, buscando mostrar as suas anterioridades discursivas.

Nas *fake news*, a anterioridade discursiva se baseia em saberes pouco complexos e práticos que são divulgados numa linguagem acessível, geralmente na forma de afirmação, de certeza. Marcas linguísticas de dúvida e períodos complexos muito raramente estão presentes nestes textos. Diferentemente dos discursos de ódio, por exemplo, não há polaridade explícita nas *fake news*. *Nós sulistas versus eles nordestinos*, ou *Nós o povo versus eles os cientistas, médicos, especialistas*, por exemplo. Enquanto a polaridade nos discursos de ódio se dá explicitamente entre os actantes da narrativa, nas *fake news* a polaridade é implícita e entre saberes. Se na narrativa dos discursos de ódio, a disputa é pelo protagonismo *versus* o antagonismo, nas *fake news* a disputa é pelo conteúdo. Desse modo, o que há é uma polaridade implícita de um saber simples e prático – o recomendado pelas *fake news* *versus* um saber complexo e pouco

prático vindo das mais diferentes instituições e atores sociais. Nesse sentido, é possível dizer que o *topos* das *fake news* é o da simplicidade e da praticidade, invocando uma ampla recusa da complexidade e um engajamento na experiência pessoal. Essa experiência pessoal, isto é, a aplicação prática dos saberes é uma das estratégias discursivas mais utilizadas nas *fake news*, implicando a construção de um *ethos* empático do locutor em relação ao destinatário. Esse *ethos* do locutor busca estabelecer também uma relação de confiança com o destinatário. Esse *ethos* do locutor pode vir acompanhado de um Terceiro do discurso, marcadamente situado no tempo e no espaço e com função estratégica. “É o caso de notícias ancoradas em artistas, cientistas e demais figuras públicas – ou seja, em pessoas, atores, lugares e datas que os destinatários reconhecem como existentes, produzindo efeitos de realidade” (BARROS, 2021)⁴². Por exemplo, na *fake news*, “Beber muita água e fazer gargarejo com água morna sal e vinagre previne coronavírus”⁴³, é possível perceber praticamente todos os indícios de anterioridade discursiva elencados acima.

Trata-se de um enunciado bastante simples do ponto de vista linguístico, com um vocabulário acessível, que recomenda o uso de produtos que estão à mão das pessoas e de procedimento conhecido praticamente por todos: água morna; sal; vinagre e fazer gargarejo. O *topos* da *fake news* em questão é o da simplicidade e da praticidade, o que implicitamente invoca uma ampla recusa da complexidade e a conseqüente inserção no mundo das coisas simples e práticas ou num “mundo semanticamente normal”, para usar a feliz expressão de Michel Pêcheux (1981). No enunciado em questão, não é possível perceber explicitamente nem a questão da experiência pessoal e nem um *ethos* empático do locutor em relação ao destinatário. No entanto, a forma como o enunciado é construído, a maneira simples de ser apresentado, implica uma relação de empatia com o destinatário. Algo que poderia ser parafraseado por: “Estou falando de maneira bem simples, pois entendo perfeitamente a sua angústia em relação ao coronavírus e quero que você não se contamine”. Além disso, retoma interdiscursivamente um saber que é de ordem da experiência familiar das pessoas, especialmente dos brasileiros: tratar uma enfermidade a partir de um remédio caseiro: um chá, um emplastro feito com uma erva específica, um escalda-pés, uma canja de galinha, ou um gargarejo. Constrói-se então pelo uso de uma linguagem bastante simples um *ethos* de confiança entre locutor e os destinatários.

42 Recomendamos assistir a palestra no canal do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=xPqRrQmHZsE>.

43 *Fake news* coligida do endereço: <https://antigo.saude.gov.br/component/tags/tag/novo-coronavirus-fake-news>.

As fake news e o digital

Figura 4 – Mensagem difundida em grupo de família por WhatsApp



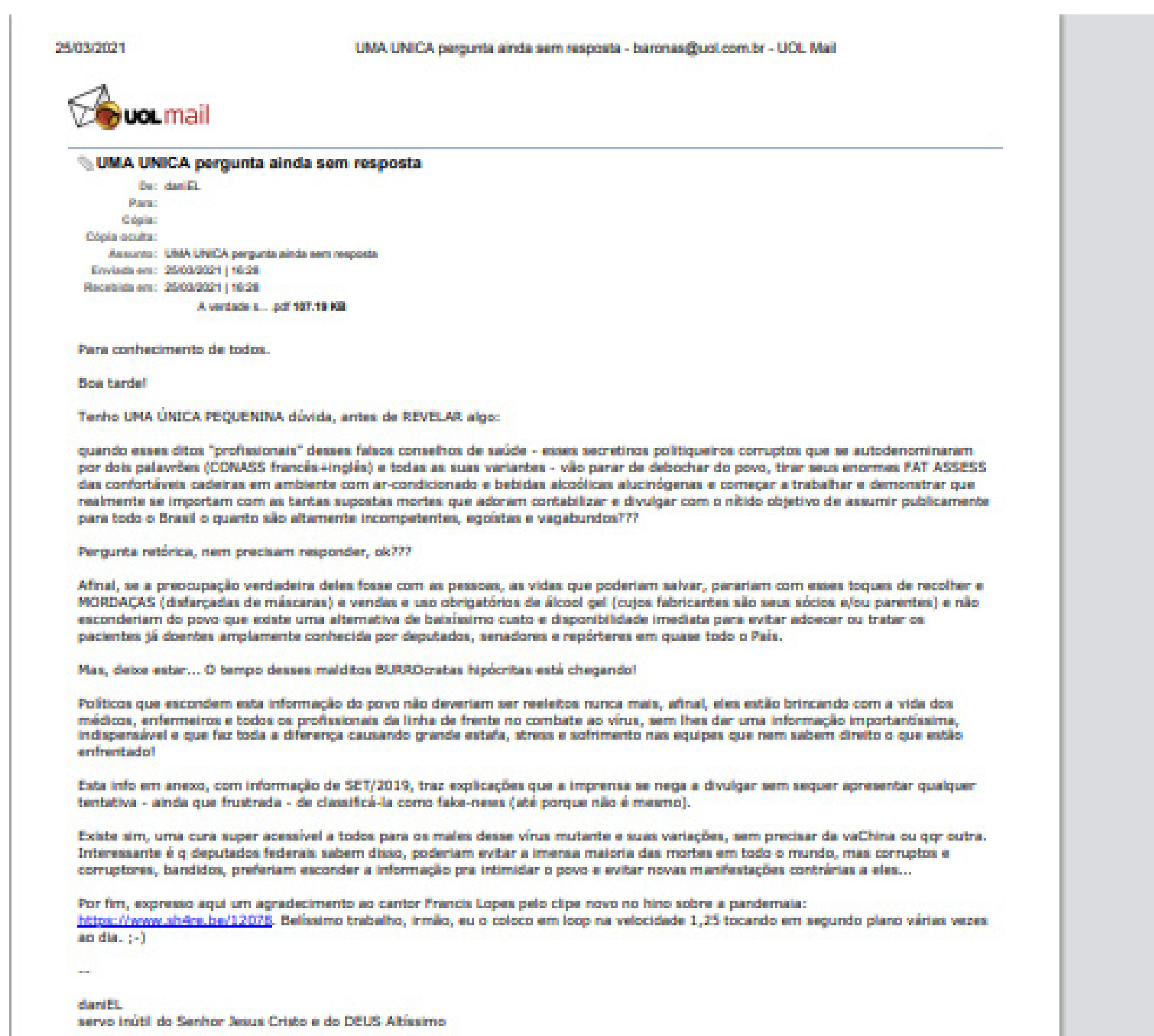
Fonte: Arquivo pessoal

O *post* acima, também recolhido *au vol*, mistura linguagem verbal e visual. Uma se apoiando na outra para produzir sentidos. Essa é uma das características mais marcantes das *fake news*⁴⁴, que circulam no ambiente digital, especialmente as enviadas para os diferentes grupos em mensageiros como o WhatsApp. Para além da disputa implícita ou explícita pela narrativa – conforme descrita na análise da primeira *fake news*, as que circulam no digital se apoiam numa espécie de conspiração que foi orquestrada por determinado grupo para destruir os outros ou para levar algum tipo de vantagem seja ela financeira ou política. O próprio título e o sub-título desta *fake news* em análise, “Se a imprensa divulgar a cura, acaba a histeria e a audiência, tbm: a falta de esperança, histeria e morte são lucrativas”, são lapidares do suposto complô da imprensa para não divulgar remédios como hidroxiquina e azitromicina como eficazes na prevenção e cura da covid-19. O texto verbal ao lado das imagens (com as caixas de remédio) só reforça a ideia do suposto complô, enunciado logo no título e subtítulo da *fake news*. Esse reforço do suposto complô é legitimado com o que Barros (2021) chama de efeito de realidade: “Notícia saída agora do forno. Todo mundo torcendo! Jornalista Elisa Robson escreveu: o FDA, a agência americana de regulamentação de remédios, aprovou o uso de hidroxiquina em todos os pacientes com covid-19...”. Sublinhe-se que, para além de um

⁴⁴ Tal como os discursos de ódio, as *fake news* enquanto discursos mentirosos não nascem no digital.

suposto nome de uma jornalista – Elisa Robson – e de uma marca temporal “agora”, o locutor não traz nenhuma informação sobre o veículo em que tal notícia foi publicada, em que dia... O argumento final, argumento de presença, na acepção de Perelmann e Olbrechts-Tyteca (2000) para defender o suposto complô da imprensa é dado pela seguinte afirmação: “O fato é que, desde o começo, o coronavírus foi usado politicamente. Portanto, para muitos agentes políticos (tanto os que militam em partidos, quanto os que estão no comando de instituições como a OMS ou nas redações dos jornais), as notícias acima são um desastre”.

Figura 5 – Uma única pergunta ainda sem resposta



Fonte: Arquivo pessoal

O texto acima recebido via *e-mail* por um de nós em 25/03/2020, de um suposto usuário identificado como danIEL, quando estávamos redigindo a parte final deste artigo, reafirma com outras palavras o que a *fake news* anterior traz em seu conteúdo. Isso nos mostra que, apesar das diferenças textuais, há além das regularidades discursivas também regularidades pré-discursivas, que sustentam as *fake news*:

Afinal, se a preocupação verdadeira deles fosse com as pessoas, as vidas que poderiam salvar, parariam com esses toques de recolher e MORDAÇAS (disfarçadas de máscaras) e vendas e uso obrigatórios de álcool gel (cujos fabricantes são seus sócios e/ou parentes) e não esconderiam do povo que existe uma alternativa de baixíssimo custo e disponibilidade imediata para evitar adoecer ou tratar os pacientes já doentes amplamente conhecida por deputados, senadores e repórteres em quase todo o País [...].

Existe sim, [sic] uma cura super acessível a todos para os males desse vírus mutante e suas variações, sem precisar da vaChina ou qqr outra. Interessante é q deputados federais sabem disso, poderiam evitar a imensa maioria das mortes em todo o mundo, mas corruptos e corruptores, bandidos, preferiam esconder a informação pra intimidar o povo e evitar novas manifestações contrárias a eles...

Em ambas há uma defesa contundente de que existe remédio de fácil acesso para a prevenção e cura da covid-19. Além disso, há uma suposta orquestração quer seja da mídia ou dos médicos ou ainda dos empresários para esconder esse remédio. Isso seria feito com o claro objetivo de algum grupo levar um tipo de vantagem, quer seja financeira ou política – “Existe sim, [sic] uma cura super acessível a todos para os males desse vírus mutante e suas variações, sem precisar da vaChina ou qqr outra”. Essa tese de que haveria uma conspiração, um complô em curso para favorecer determinado grupo – “mas corruptos e corruptores, bandidos, preferiam esconder a informação pra intimidar o povo e evitar novas manifestações contrárias a eles” – é um dos principais nutrientes do discurso populista e incide radicalmente sobre as *fake news*. Nesse sentido, no entendimento de Balder e Sini (2021, p. 16):

A expressão teoria da conspiração hoje se refere a esta propensão em acreditar que um acordo secreto seria estabelecido por um grupo de “tecnocratas internacionais” trabalhando em seu próprio benefício e às custas do bem comum (Eco, 1990). Segundo o trabalho de Marcel Gauchet (2006, p. 61), este imaginário conspiratório é um artefato inelutável da democracia e constitui até “um dos modos comuns em que todos os atores sociais representam o poder e sua ação”. Assim, o conspiracionismo deve ser considerado como “uma categoria autêntica de explicação política” e não como uma aberração (Jamin, 2009, p. 23), mesmo que a palavra conspirador seja usada pejorativamente e sempre diversamente atribuída para desqualificar o discurso de um interlocutor.

As autoras nos chamam a atenção para o fato de que essa tese do complô deveria ser considerada como uma verdadeira categoria de explicação política e não como uma aberração. Deslocamos esse entendimento para compreender também as *fake news*, que não deveriam ser pensadas como discursos mentirosos somente, mas como um fenômeno de explicação política, ou seja, elas representam como os locutores constroem imagens de si e de outros, geralmente oferecendo uma explicação simples para os problemas do mundo e se fundam sobre o desejo de implantar a dúvida nas pessoas. Esses dois elementos funcionam como anterioridades discursivas. Elas reforçam, por um lado, as possibilidades de circulação e, por outro, a eficácia das *fake news*, visto que há uma partilha desses valores entre o locutor e os destinatários (enquanto convicções mesmo – haveria sim um complô da imprensa ou de

qualquer instituição ou ator social para favorecer determinados grupos e, conseqüentemente prejudicar outros).

Nesse sentido, em vez de trabalhar as *fake news* somente na perspectiva de um discurso mentiroso, desmascarando-o, cotejando-o com os intertextos, interdiscursos e práticas que o constituem, é preciso trabalhá-las na desconstrução dos pré-discursos que as fundam. Desconstrução entendida aqui como explicitação desses pré-discursos. Em suma, para além de insistirmos no caráter mentiroso das *fake news*, é preciso mostrar os pilares da sua edificação discursiva, isto é, como elas foram enformadas. Não se trata de mostrar que estes pré-discursos (enquanto crenças, valores, práticas, emoções e sentimentos) são ou não pertinentes, mas explicitar o seu papel fundamental na edificação das *fake news*.

Um breve efeito de fim

Compreender discursivamente as *fake news* significa desconstruir as suas narrativas, explicitando os pré-discursos que as sustentam enquanto pilares discursivos. Aqui a anterioridade discursiva passa necessariamente pelo estereótipo do saber/fazer de forma simples e implantar a dúvida nas pessoas. Anterioridade essa que é perpassada pela teoria do complô.

Nesse sentido, em vez de trabalhar as *fake news* somente na perspectiva de um discurso mentiroso, desmascarando-o, cotejando-o com os intertextos, interdiscursos e práticas que o constituem, é preciso trabalhá-las na desconstrução dos pré-discursos que as fundam. Desconstrução entendida aqui como explicitação desses pré-discursos. Explicitação que não tem um caráter de desmascaramento, desnudamento e muito menos de juízo de valor, mas de mostrar como os discursos funcionam. Em suma, para além de insistirmos no caráter mentiroso das *fake news*, é preciso mostrar os pilares da sua edificação discursiva, isto é, como elas foram enformadas.

A metáfora do soro antiofídico que perpassa todo o projeto discursivo deste artigo se embasa na ideia de que é preciso não somente desmascarar as *fake news*, evidenciando o seu conteúdo mentiroso, mas usar o seu veneno – esse conteúdo mentiroso – para transformá-lo num potente remédio, a partir da explicitação dos seus fundamentos pré-discursivos.

Referências

BALDER, F. H.; SINI, L. Le complotisme « transnational » et le discours de haine : le cas de Chypre et de l'Italie. Discours de haine dans le réseaux socionumériques. **Revista Mots**, n. 125, mar. 2021. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mots-2021-1.htm>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BARROS, D. L. P. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-14, dez. 2019. Dossiê temático “Contribuições da Semiótica e de outras teorias do texto e do discurso ao ensino”. Disponível em: www.revistas.usp.br/esse. Acesso em: 30 maio 2020.

BARROS, D. L. P. **Diferentes tipos de discursos mentirosos e os danos que causam à sociedade**. Palestra realizada no CIC/UFSCar em 02/03/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPqRrQmHZsE>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis/Lisboa: Vozes; Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOIRAND, S. A contribuição do pequeno *corpus* na compreensão dos fatos da atualidade. Tradução de Fernando Curtti Gibin e Julia Lourenço Costa. **Revista Linguagem**, v. 36, n. 01, 2020. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/826>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PAVEAU, M. A. **Os pré-discursos: sentido memória e cognição**. Tradução de Greciely Costa e Débora Masmann. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PAVEAU, M. A. **L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques**, Paris: Hermann, 2017. Tradução brasileira. Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes Editores (no prelo para a publicação).

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 1997.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

***FAKE NEWS* E DISCURSO DE ÓDIO: O BRASIL NA ERA DA PÓS-VERDADE⁴⁵**

Júlio Antônio Bonatti Santos

⁴⁵ “Uma versão modificada do texto do presente capítulo está em fase de editoração para ser publicada pela REH (*Revista Escrita da História*), em um dossiê sobre negacionismos, anti-intelectualismos e *fake news*”.

Introdução

A cultura política no século XXI enfrenta o dilema das redes sociais. Até não muito tempo atrás, a opinião pública era formada por jornais impressos, radiofônicos ou televisivos. Hoje, todavia, as notícias circulam muito mais por uma nova materialidade, garantindo produção de conteúdo de forma independente, com informações veiculadas por mecanismos de comunicação cada vez mais particularizados e direcionados a determinados públicos e gostos.

Essa é a realidade da internet e de seu paroxismo nas redes sociais. O contato com as notícias de quem acessa as redes sociais em busca de informação se reduz ao consumo de conteúdos cada vez mais individualizados. Não obstante, os inegáveis avanços trazidos pela evolução tecnológica ininterrupta da internet, vemos também com ela o surgimento de possíveis problemas que, ao mesmo tempo, garantem o direito fundamental à liberdade e também ameaçam as instituições democráticas: a impossibilidade de controle de tudo que é produzido pelos usuários das diversas plataformas de comunicação em rede leva a um risco de instrumentalização de notícias que apresentam fatos falsos ou versões falsas sobre fatos, que são modificadas ou inventadas por grupos com fins de fabricação de consenso (CHOMSKY; HERMAN, 1988).

Estaríamos, portanto, diante de um novo desafio: o fenômeno das *fake news*. No entanto, em essência não vemos nada de novo na história política: as discussões que atualmente tomam o palco principal da mídia em rede como *fake news* já foram deveras estudadas por diversos teóricos, embora sob outros nomes. Passou, por exemplo, por Carlo Ginzburg (2007), em seu clássico sobre “O fio e os rastros”, no qual debate os conceitos de verdadeiro, falso e fictício, até Jacques Derrida (1996) nos seus prolegômenos sobre história de mentira. Ou seja, notícias falsas e mentiras inventadas sobre adversários políticos para convencimento do público não são um apanágio do nosso tempo.

Todavia, o diferencial agora é a rapidez e o alcance das novas formas de comunicação: vemos como mudou o suporte e o alcance das notícias falsas por uma velocidade de progressão geométrica de propagação de informações através das redes sociais. Interessa-nos aqui pensar como o discurso político (CHARAUDEAU, 2005), que se suporia baseado em dados, em estatísticas diversas, entre outros pressupostos mínimos de evidência, perde espaço para a autoridade do falante ou de quem põe a mensagem em circulação, independentemente de ser verdadeiro ou falso. Dizendo de outra forma, o conceito de *fake news* assume também o caráter de propaganda (MOLINA *et al.*, 2019): não é simplesmente o ato de voluntária ou involuntariamente divulgar uma informação falsa, mas fazê-lo com o propósito de prejudicar um adversário, concebido politicamente.

Por outro lado, esse fenômeno em massa das *fake news*, tendo em vista o primado do suporte das redes que possibilita isso, fez com que, em contrapartida, surgisse também mecanismos de verificação, de selo de verdade: as chamadas agências de checagem. A chancela do que é ou não “verdade” passa a cargo de agências, supostamente neutras, que seriam responsáveis por comparar, por verificar, por fazer a investigação do que é dito pelos líderes políticos e pelos perfis públicos mais influentes nas redes, para dizer se as informações que eles publicam são autorizadas ou não a circular.

A grande questão que se coloca em relação a esse “monopólio da verdade” é o problema dos grupos que controlam essas agências, que as financiam e definem suas políticas. Esse é um problema levantado por Leonardo Fernandes (2018), sobre quem seria responsável por checar as agências de checagem, uma vez que elas também podem cometer erros.⁴⁶ Nisso consiste a faca de dois gumes do combate às *fake news*, que é algo iminente em países ocidentais onde se experiencia um clima de grandes incertezas, mas nos torna reféns das diretrizes das agências de checagem dos fatos. Ou seja, podemos cair num problema de censura.

A confecção de versões sobre os fatos, quer sejam do presente ou do passado, sempre obedeceu a um contexto de luta pela hegemonia política, sendo um debate que perpassa diversos séculos. Questionado em uma entrevista dada ao jornal *Folha de S. Paulo* sobre o que fazer para combater as *fake news*, o historiador estadunidense Robert Darnton (*apud* VICTOR, 2017) responde: “Que boa pergunta... Não tenho resposta. Oponho-me à censura e sou contra ideia de criar um órgão de censores para calar *sites* de *fake news*. Então como se para isso? Honestamente, não sei.”. Essa é uma das dimensões do ambiente discursivo que se cria na era da pós-verdade: tanto de saber conter o avanço das notícias falsas, como também evitar que se crie mecanismos de censura, o qual certamente estará nas mãos de corporações que disputam nichos de poder.

Não é de nosso interesse aqui entrar nesse debate sobre ser censura ou não e sobre a limitação da liberdade da fala nas redes sociais. Interessa-nos ver o discurso político decorrente das *fake news* centrado num jogo de poder, em que não há como controlá-lo por meios impositivos: “Eles se baseiam em um arranjo de pirâmide e numa estratégia de redes, nas quais os idealizadores produzem conteúdo malicioso e o divulgam para ativistas locais e regionais, os quais, então, disseminam amplamente as mensagens para grupos públicos e

⁴⁶ Um caso de abuso de autoridade das agências de checagem, como aponta Fernandes (2018), foi o da visita do enviado do Papa Francisco, Juan Grabois, ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva na prisão, em Curitiba, em junho de 2018. Nessa data, muitos *blogs* e *sites* de notícias ligados à esquerda no Brasil foram punidos nas redes sociais, perdendo visibilidade e mesmo sendo suspensos pelo fato de divulgarem que o Papa havia enviado, além de uma carta, também um presente a Lula por intermédio de Grabois. As agências tomaram o fato por mentira, uma vez que o *site* do Vaticano no Brasil não confirmava o ocorrido. Todavia, dois dias depois, o próprio *site* oficial do Vaticano confirmava essa informação, sendo posteriormente corrigida, embora o dano causado pela punição aos *blogs* e *sites* de esquerda não fora devidamente reparado. A “correção” da notícia pode ser consultada numa nota explicativa dada pelo *site* do Vaticano no Brasil, disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/precisacao-sobre-caso-grabois-lula.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

privados” (TARDÁGUILA *et al.*, 2018, tradução própria⁴⁷). As *fake news* teriam, logo, uma força de circulação independente, feita por indivíduos espalhados que formam redes de sociabilidade.

É neste ponto, em que cruzamos o potencial de circulação das *fake news* e a impossibilidade de controle por parte de alguma autoridade instituída para tal tarefa, que entramos na chamada “era da pós-verdade” (D’ANCONA, 2018). E o clima de incerteza pela penetração de notícias falsas não se restringe apenas aos assuntos políticos, mas também ameaça a divulgação científica, que é tratada com desprezo – disso vemos o exemplo da pandemia global da covid-19, de *fake news* criadas sobre vacinas, remédios milagrosos de cura e prevenção do vírus etc.⁴⁸

O conceito de pós-verdade tornou-se popular porque o Dicionário Oxford escolheu o termo “pós-verdade” como a palavra do ano em 2016. De acordo com o Dicionário Oxford, esse conceito é definido como algo “relacionado a circunstâncias nas quais os fatos objetivos possuem menos influência na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e a crenças pessoais.”⁴⁹ Isso ganhou força no contexto das eleições nos Estados Unidos, com várias suspeitas sobre os métodos de campanha do presidente Donald Trump, bem como durante o referendo britânico sobre o Brexit.

Em síntese, o saldo das *fake news* bem difundidas e a criação de um clima de pós-verdade em nosso tempo é o espalhamento de formas discursivas que assumem caráter violento, ou, o que podemos identificar mais propriamente como discurso de ódio (WALDRON, 2010). Os discursos de ódio são materializados em enunciados que circulam, que expressam pensamentos e geram efeitos nocivos ao longo do tempo que podem repercutir na prática, conforme os meios de divulgação e suportes de transmissão utilizados. Quem produz discurso de ódio tem como propósito ofender, humilhar ou gerar medo no público a que dirige suas falas. É uma forma de excluí-los de algum tipo de participação e pertencimento político devido a características específicas que possuam.

Esse cruzamento de uma era da pós-verdade, definida pelo uso recorrente de *fake news*, o qual abre espaço para um campo fértil de disseminação de discurso de ódio, é o que nos interessa para analisarmos os propósitos do presente trabalho, que é o de buscar compreender o papel do uso das *fake news* pelo então presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, bem como por seus apoiadores, durante as eleições de 2018 e depois em seu governo. Se olharmos em termos gerais, o discurso de ódio produz uma desvalorização, uma discriminação excludente do outro

47 Passagem original: “They rely on a combined pyramid and network strategy in which producers create malicious content and broadcast it to regional and local activists, who then spread the messages widely to public and private groups.”

48 A organização Médicos Sem Fronteiras fez uma lista das principais *fake news* que circulam sobre a pandemia da covid-19, disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/5-fake-news-relacionadas-covid-19>. Acesso em: 22 jun. 2021.

49 A citação é de tradução própria. Citação original: “Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief.” A passagem original pode ser encontrada no seguinte site: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/post-truth>. Acesso em: 21 jun. 2021.

(THWEATT, 2001). Esse tipo de discurso produz danos, atingindo grupos de pessoas de forma difusa. É um incentivo à violência – o que reflete, no caso do bolsonarismo, um pensamento antidemocrático.

Mais detidamente sobre o discurso de Bolsonaro, seus pronunciamentos intensificam o uso de *fake news*, segundo Tai Nalon (*apud* BARRAGÁN, 2018), da Agência Aos Fatos, estando focados em dois tipos de argumento: “[...] colocar em dúvida, com teorias conspiratórias, a segurança do voto eletrônico no Brasil, e uma constante relação dos outros candidatos com pautas das minorias, como a agenda LGBT e o direito ao aborto”. Ademais, pela ótica da propaganda eleitoral, o domínio das redes sociais pelas *fake news* configura um real problema para repensarmos a reconfiguração política do Brasil, haja vista que neste país havia, somente em 2018, 127 milhões de usuários do aplicativo Facebook⁵⁰ e, segundo dados de 2019,⁵¹ 130 milhões de usuários de WhatsApp.

Nos importa reter esses dados uma vez que implicam em mais de 60% da população brasileira imersa nessas duas maiores redes sociais, o que, segundo pesquisa realizada em 2019⁵² pelo próprio poder público brasileiro, de uma parceria entre o DataSenado com as ouvidorias da Câmara dos Deputados, 79% da população utiliza o WhatsApp como principal fonte de informações.

Uma vez traçado esse panorama conceitual do papel da *fake news* nas redes sociais e da potencial relação dessas com o fomento de um discurso de ódio, buscamos entender como é possível ver no discurso de Bolsonaro e de seus apoiadores, com exemplos de antes e durante seu governo, elementos de discurso de ódio que impulsionam sua base eleitoral para apoiar ideias de extrema direita, gerando um radicalismo na sociedade brasileira pelo uso constante de notícias falsas.

As mentiras políticas contadas pelo bolsonarismo

O primeiro caso que analisaremos aqui é o que ficou conhecido no Brasil como “*kit gay*”. Essa foi uma questão que ganhou destaque importante durante as eleições brasileiras de 2018, pois reside no campo dos debates morais, na definição dos valores familiares cristãos e em dois supostos “riscos” apresentados à educação dos filhos com o avanço das discussões sobre educação e sexualidade nas escolas. Bolsonaro disse, em entrevista concedida em 28 de agosto de 2018 ao Jornal Nacional da Rede Globo a seguinte frase:

50 Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.

51 Cf.: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/usuarios-de-smartphone-devem-atualizar-whatsapp-orienta-empresa>. Acesso em: 16 jun. 2021.

52 Cf.: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinio-das-pessoas>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Estavam discutindo ali, comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como *kit gay*. Entre esse material estava esse livro lá. Então, o pai que tenha filho na sala agora, retira o filho da sala, para ele não ver isso aqui. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem.⁵³

De acordo com Bolsonaro, o *kit gay* seria destinado a crianças a partir dos 6 anos de idade e seria distribuído nas escolas. Quando o candidato Fernando Haddad (do Partido dos Trabalhadores) era Ministro da Educação, ele propôs um projeto chamado Escola Sem Homofobia, onde se apresentava uma proposta para ensinar professores e alunos a lidar com a diversidade de gênero, para combater o *bullying* com alunos LGBTQ nas escolas. Este projeto não foi sequer implementado, pois existe no Brasil a chamada Frente Parlamentar Evangélica, que pressionou a presidente da época, Dilma Rousseff, para que não fosse aprovado.⁵⁴ Mas, mesmo assim, Bolsonaro insistiu nessa imagem que nomeava o projeto como “*kit gay*”, que era um material para doutrinar as crianças a “se tornarem gays”.

O livro que Bolsonaro menciona e leva ao Jornal Nacional é *Aparelho Sexual e Cia (Le Guide du Zizi Sexuel*, no original em francês), da francesa Hélène Bruller e do suíço Philippe Chappuis. Esse livro, ainda, que Bolsonaro afirma fazer parte do suposto *kit gay*, sequer constava do projeto original de Haddad e podia ser encontrado apenas em algumas bibliotecas públicas e não em escolas. Isso é importante para nos determos aqui, pois trata-se de uma notícia falsa divulgada por Bolsonaro que vai atacar justamente os pontos da tradicional família cristã, em que as crianças são ameaçadas pela “ideologia de gênero”, pela influência dos *kits* nas escolas que possivelmente as tornariam homossexuais. Ou seja, temos nessa mentira contada em uma entrevista do então candidato à presidência o apelo a um tipo de degeneração dos costumes e do ideal do homem na sociedade para os seguidores do bolsonarismo.

Ainda contra o adversário de Bolsonaro à presidência, Fernando Haddad, circulou outra notícia falsa de alto impacto: Haddad defenderia o incesto e o comunismo em um de seus livros. Segundo essa notícia falsa, Haddad, em seu livro *Em defesa do Socialismo*, defenderia a implantação do comunismo no Brasil e a legalização da pedofilia – haveria um projeto para fazer sexo com crianças a partir dos 12 anos. Foi uma notícia amplamente divulgada por seus apoiadores, encabeçada pelos seguidores do filósofo de extrema-direita Olavo de Carvalho.⁵⁵

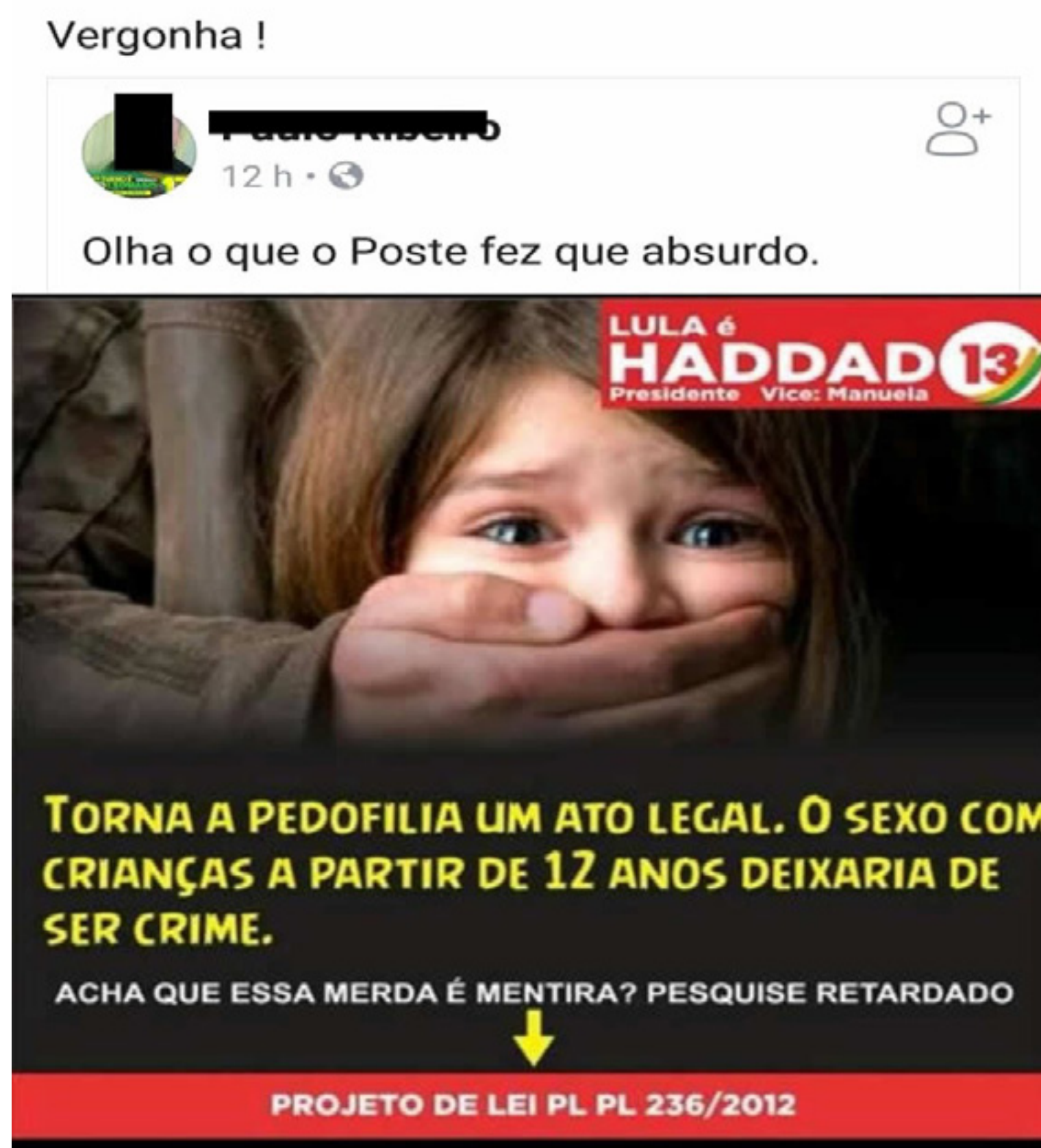
A imagem que circulou com essa *fake news* foi a seguinte:

53 Esta citação está disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html?rel=mas. Acesso em: 25 jun. 2021.

54 Cf.: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

55 Cf.: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/13/e-fake-cartaz-atribuido-a-haddad-que-diz-que-projeto-de-lei-torna-a-pedofilia-um-ato-legal.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Figura 1 – Acusação de Fernando Haddad como incitador da pedofilia



Fonte: <https://www.e-farsas.com/pl-236-2012-de-fernando-haddad-torna-a-pedofilia-um-ato-legal.html>.

O exemplo acima se utiliza da menção do PL 236/2012, que é o novo Código Penal, que não tem qualquer relação com o sentido da imagem, já que se trata de projeto de leis em geral a serem implementadas no Brasil com uma reforma de seu regime penal. Mas utiliza-se desse número para identificar um suposto projeto de Haddad para legalização da pedofilia. A estratégia política desse tipo de *fake news* lança mão de recursos que conferem uma aparente comprovação do que é dito, como o caso de usar números de leis.

Em outras palavras, isso mostra uma característica operacional das *fake news*: suas emissoras tentam garantir elementos de veracidade em seu discurso, utilizando recursos como números estatísticos ou leis. A menção de “poste” que é feita é para o candidato Haddad, que havia sido indicado pelo ex-presidente Lula como seu sucessor. No Brasil, “poste” é a expressão que designa um “substituto”, não legitimamente por seus méritos, mas pela indicação de outro mais forte e tributário. Com isso, o argumento daquela notícia falsa em nomear Haddad como poste é justificado, segundo as ideias da base bolsonarista, pelo candidato originário do Partido dos Trabalhadores, Lula, ser preso e nomear quem faria tudo o que ele mandasse.

Essa questão da pedofilia reapareceu na boca de Bolsonaro como presidente, quando ele disse em 14 de julho de 2020: “Enquanto a esquerda busca meios de descriminalizar a pedofilia, transformando-a em uma mera doença ou opção sexual, apresentei um PL que aumenta em

50% a pena para esses crimes.”⁵⁶ Vemos aqui como se cria uma imagem dos partidários de esquerda como defensores das formas de “descriminalizar a pedofilia”. Em contrapartida, ele, Bolsonaro, ocuparia uma posição antípoda a tudo isso, trabalhando em seu mandato de deputado para combater mais fortemente aquele crime, com aumento da pena para os pedófilos.

Por causa dessa afirmação, não vemos propriamente uma falsificação de Bolsonaro em relação à sua atitude no Congresso, com sua proposta de combate à pedofilia. No entanto, nos interessa ver como o problema da pedofilia volta à tona, associando-se a ele os partidos de esquerda, que teria se preocupado em descriminalizá-la e ligá-la a questões de saúde ou opções sexuais. Para a presente análise, esse tipo de *fake news* reafirma o sentido discursivo de uma propagação do ódio, de identificação da esquerda com grupos criminosos que querem destruir os valores mais básicos da integridade das crianças, por exemplo, incentivando a pedofilia.

É justamente nesse campo de criação de um discurso de ódio contra a esquerda que circula grande parte das notícias falsas do bolsonarismo. Em seu discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 2019, Bolsonaro disse o seguinte: “Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições.”⁵⁷

Nesse pronunciamento de Bolsonaro, em plena Assembleia Geral da ONU, emerge a figura do “socialismo”. Está associada à ideia de corrupção e ao aumento dos índices de criminalidade. Para Bolsonaro, e isso já havia ganhado muita força ao longo de sua campanha, os governos do Partido dos Trabalhadores que o precederam tinham a intenção de instaurar o socialismo no Brasil e, conseqüentemente, para o imaginário da extrema direita, a degeneração dos costumes tradicionais. Tudo isso a partir de uma formação identitária do bolsonarismo que se faz pela criação de um conjunto simbólico de denúncia à ideologia socialista, que supostamente dominava o Brasil, o que justificaria qualquer meio de combatê-la. Como núcleo da propaganda política do discurso bolsonarista, o socialismo teria se apoderado das universidades e escolas brasileiras, depravando a vida moral da boa sociedade e trazendo inevitavelmente corrupção e aumento da criminalidade.

Essas são afirmações falsas, já que nenhum partido socialista governou o Brasil em sua história. Bolsonaro tenta vincular os governos do Partido dos Trabalhadores (centro-esquerda) ao socialismo, como responsáveis inclusive por crises econômicas e pela ameaça aos valores

56 Cf.: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1283102877540659202>. Acesso em: 25 jun. 2021.

57 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 25 jun. 2021.

cristãos. Os governos do Partido dos Trabalhadores, por outro lado, garantiram certa estabilidade e até crescimento econômico durante a maior parte dos anos de sua gestão.⁵⁸ Além disso, mantiveram os privilégios fiscais e jurídicos das igrejas, sem interferir na vida religiosa, nem mesmo contribuindo para a consolidação de um estado laico no Brasil. Cabe ainda ressaltar que o Partido Republicano (hoje chamado de Republicanos), que tem sua fundação ligada diretamente a membros da Igreja Universal (uma das denominações evangélicas neopentecostais mais fortes e influentes do Brasil atualmente), foi um aliado do Partido dos Trabalhadores desde o seu primeiro mandato até a sua posse, o que, somando-se a isso outras alianças do PT com parlamentares cristãos, prova que não houve perseguição ou plano de “ataques à família e aos valores religiosos que formam as nossas tradições”, como defende Bolsonaro.

Ainda na mesma reunião da Assembleia Geral da ONU em 2019, Bolsonaro espalhou outra mentira:

A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula *mater* de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu.⁵⁹

Aqui novamente temos um contraponto ao socialismo, que se identifica pelo conceito de “ideologia”, implicitamente na referência aos partidos de esquerda brasileiros, os quais estariam “pervertendo” as crianças em sua “forma biológica” – que retoma a relação com o termo *kit gay*. Estas são as bandeiras de campanha do Bolsonaro que tiveram sucesso e encontraram grande apoio das camadas conservadoras da sociedade. Com base nessas *fake news* está o preconceito contra a comunidade LGBTQ+. É uma bandeira do bolsonarismo que ensina o apoio aos evangélicos e cristãos conservadores, com exaltação dos valores familiares patriarcais, mostrando-se “sem ideologia” e, mais diretamente, uma preocupação em combater a “ideologia” que afastaria Deus da alma humana.

Temos aqui outro exemplo típico de formação de discurso de ódio contra a esquerda através de uma rede de mentiras políticas, já que se concebe a ideologia socialista como responsável por atacar a noção cristã mais fundamental, a crença em Deus, ameaçando as crianças com doutrinação. É uma forma de vincular uma imagem inimiga para tudo o que se relaciona com a ideologia de esquerda, ao mesmo tempo que se coloca, por oposição retórica, isento de ideologia.

58 Cf.: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 25 jun. 2021.

59 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Este simbolismo do socialismo e sua oposição aos valores da família cristã foi representado em uma figura falsa que muito circulou durante as eleições de 2018 entre a base do bolsonarismo, sobre a candidata a vice-presidente de Fernando Haddad, Manuela D'Ávila. Segue a imagem:

Figura 2 – Fake news sobre a aparência de Manuela D'Ávila.



Fonte: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/30/verificamos-manuela-davila-tatuagens-che-guevara-lenin/>

Costuma-se falar de Manuela D'Ávila, entre os apoiadores do bolsonarismo, como “Maconhela”, num jogo de palavras com o nome “Manuela” e os usuários de “maconha”. É uma forma de associar o uso de drogas àquela candidata. Além disso, na imagem da esquerda da Figura 2, eles inserem um conjunto de tatuagens falsas de Che Guevara e Lenin no corpo de Manuela, para reforçar o imaginário da ideologia do socialismo. À direita, evocam, como contradição, a ideia de uma vida familiar cristã para as mulheres, com os termos “recatada” e “do lar”. Cria-se assim, em determinado momento, a imagem de uma pessoa viciada em drogas, que no estereótipo dos conservadores são bandidos. Em seguida, comparam esse estereótipo com a foto da campanha eleitoral, com outro apelo de imagem: a roupa branca no imaginário popular que indica limpeza, moralidade. Ou seja, com esta imagem editada, criam um juízo moral sobre a “real” Manuela, uma “comunista drogada” para os conservadores, em contraponto à sua imagem de candidata, que apareceria como mulher de família, também segundo o imaginário conservador.

Além do universo de mentiras criadas sobre seus adversários de esquerda, Bolsonaro também produz depoimentos que aparecem em outros campos, como os incêndios na floresta amazônica. Em outubro de 2020, em cerimônia de formatura de diplomatas, no Palácio das Relações Exteriores do Brasil, Bolsonaro disse: “Estamos ultimando uma viagem Manaus-Boa

Vista, onde convidaremos diplomatas de outros países para mostrar naquela curta viagem de uma hora e meia, que não verão em nossa floresta amazônica nada queimando ou sequer um hectare de selva devastada.”⁶⁰ Nem é preciso comentar aqui a realidade dos incêndios, pois há muitas provas de pesquisas feitas por institutos de pesquisa no Brasil e no exterior, com imagens de satélite, onde se vê o avanço acelerado dos focos de incêndio na Amazônia.⁶¹ Esse tipo de notícia falsa criada por Bolsonaro justifica o discurso de negação da destruição de terras de preservação no Brasil, que favorece os grandes latifundiários dessas regiões queimadas com novas possibilidades de plantio de soja e criação de gado.⁶²

Outro campo que é frequentemente atacado pelas mentiras de Bolsonaro e seus aliados é a relativa ao processo eleitoral no Brasil, apontando uma suposta fragilidade do sistema, passível de fraude – para, certamente, poder contestar possíveis resultados indesejados. Bolsonaro disse em junho de 2019: “[...] nosso sistema eletrônico é completamente frágil e fraudável.”⁶³ Essa é uma forma de *fake news* que circula amplamente no discurso bolsonarista até os dias atuais, em que se cria uma disputa por reimplantar o voto impresso no Brasil como forma de garantir eleições mais justas, o que contribui para a criação da narrativa de que a esquerda controla as eleições. Nunca houve fraude comprovada, desde 1996, quando as primeiras urnas eletrônicas foram implantadas no Brasil. Nos locais de votação não existe ligação à internet e os resultados individuais ficam à disposição para consulta nos tribunais eleitorais durante seis meses.⁶⁴

Como último caso do uso de notícias falsas pelo Bolsonarismo, também há exemplos que remetem ao problema da pandemia e às negligências do governo federal no controle da covid-19 no Brasil. As mesmas notícias falsas sobre a estrutura dos poderes do Estado sobre as obrigações públicas durante a pandemia têm circulado muitas vezes, ditas por Bolsonaro e seu governo:

Tá na tela aqui na frente a decisão de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Tem até um lado positivo – a gente vai recorrer, mas tem um lado positivo. Dizendo claramente que quem é o responsável por ações como imposição de ações como distanciamento e isolamento social, quarentena, suspensão de atividades – você que está sem trabalhar, né – bem como aulas,

60 Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-comete-fake-news-sobre-a-amazonia-mais-uma-vez/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

61 Um dos institutos que investigam incêndios e produzem muitos dados informativos sobre a situação da Amazônia é o IPAM. Disponível em: <https://ipam.org.br/queimadas-na-amazonia-afetam-a-saude-de-milhares-de-pessoas/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

62 Por exemplo, este tema é muito bem explicado, entre outros institutos de pesquisa, pelo Conselho Indígena Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/agro-e-fogo-queimadas-criminosas/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

63 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-encontro-com-empresarios>. Acesso em: 25 jun. 2021.

64 Há até evidências ditas pelo presidente do Tribunal Eleitoral do Brasil sobre a imunidade do sistema de votação brasileiro. Cf.: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/barroso-diz-que-sistema-e-imune-a-fraudes-mas-nao-controla-imaginario/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

restrições de comércio, atividades culturais, e a circulação de pessoas. Quem decide isso é o respectivo governador ou prefeito.⁶⁵

Esta frase foi repetida, em diferentes contextos e formas, mais de 50 vezes por Bolsonaro desde abril de 2020, conforme preconiza a agência de checagem de fatos Aos Fatos.⁶⁶ É uma notícia falsa porque distorce a Constituição Brasileira, no que diz respeito às obrigações do Estado e dos entes federativos: quem pode ordenar qualquer tipo de bloqueio é justamente o poder executivo federal, com proibição de circulação etc. Mas Bolsonaro usa essa desculpa para tentar fugir das responsabilidades da pandemia, transferindo-a para seus oponentes nos governos provinciais ou municipais.

Aproximações finais

De todo modo, levantamos alguns casos exemplares de como o bolsonarismo no Brasil se constrói discursivamente por meio do uso de notícias falsas, que se dividem em constantes ataques a seus oponentes de esquerda, bem como a fatos distorcidos sobre a Floresta Amazônica ou sobre eleições. Como aponta a agência Aos Fatos, no final de 2020: “Em 680 dias como presidente, Bolsonaro deu 1.853 declarações falsas ou distorcidas.”⁶⁷

Isso mostra um clima de pós-verdade, já que Bolsonaro não se importa se o que fala é real, mas tem o apoio de um público, de sua base, que o aceita. Estamos tentando ilustrar como seu discurso político se torna uma verdadeira propaganda de ataque, de luta contra o socialismo, os partidos de esquerda em geral e os ambientalistas internacionais; e a busca pela valorização da família patriarcal e da moral cristã conservadora, que exalta o preconceito contra os LGBTQ+, por não se conformarem com o padrão do cristianismo.

Por fim, tentamos mostrar que, devido à produção constante de declarações falsas e propaganda difamatória de seus críticos, os elementos subjacentes ao discurso político de Jair Bolsonaro parecem produzir discurso de ódio. Ou seja, como se constrói o discurso de Bolsonaro em oposição a dois fantasmas: o socialismo e a depravação moral, identificando os pontos em que escolhe seus inimigos, em que se fundam as bases de um discurso autoritário e ao mesmo tempo desrespeitoso, de desprezo pelas instituições.

Concluimos, portanto, que o Brasil na era do bolsonarismo vive um momento de pós-verdade no sentido de que não há facticidade do que o presidente diz, e isso não diminui seu poder com a sua base mais radical, mantendo uma taxa de aprovação do seu governo como

65 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-vai-recorrer-de-decisao-que-deixa-estados-e-municipios-decidirem-sobre-isolamento,70003266607>. Acesso em: 25jun. 2021.

66 Cf.: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro>. Acesso em: 25 jun. 2021.

67 Cf.: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro>. Acesso em: 25 jun. 2021.

“ótimo ou bom” em torno de 24%, conforme atesta pesquisa do Instituto DataFolha de julho de 2021.⁶⁸

Em suma, pretendemos aqui contribuir com algumas questões que nos ajudem a olhar criticamente para o fato de que um político como Jair Bolsonaro alcançou a posição de poder mais importante de uma república e ainda se mantém com um considerável apoio da população. Seu discurso de ódio, usando ou não notícias falsas, cria uma ameaça aos valores democráticos, às garantias constitucionais, à integridade de alguns grupos e, em última instância, leva a uma escalada da direita radical no palco dos debates políticos.

Nesse sentido, a eleição de Bolsonaro e seu governo são um reflexo da ascensão do discurso de extrema direita no cenário global atual, e o Brasil é um epicentro do que vemos hoje em muitos países do mundo, em que a pós-verdade é uma das condições contextuais para que permaneçam no poder, sustentando um discurso de perseguição a minorias (principalmente contra a comunidade LGBTQ+) e partidos de esquerda.

Ou seja, se a pós-verdade prova o triunfo das crenças pessoais, em contraposição à realidade dos fatos, não conhecemos as possíveis consequências de uma sociedade digital, atravessada por redes sociais a partir das quais o alcance da notícia não pode ser previsto, falso ou distorcido. Isso se tornou um problema extremamente importante e um desafio realmente relevante para uma análise social crítica em nosso tempo.

Referências

BAKIR, Vian; MCSTAY, Andrew. Fake news and The Economy of Emotions. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 154-175, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>.

BARRAGÁN, Almudena. Cinco “fake news” que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. **El País**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRULLER, Hélène. **Aparelho Sexual e Cia**. São Paulo: Seguinte, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours politique**. Les masques du pouvoir. Paris: Vuibert, 2005.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon Books, 1988.

68 Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/datafolha-pela-primeira-vez-maioria-no-pais-defende-impeachment-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2021.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 27, p. 7-39, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8934>. Acesso em: 09 jun. 2021.

FERNANDES, Leonardo. E quem checa as agências de checagem de notícias falsas? **Brasil de Fato**: 15 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/15/e-quem-checa-as-agencias-de-checagem-de-noticias-falsas/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

JACK, Caroline. Lexicon of lies: Terms for problematic information. **Data & Society Research Institute**: Data & Society Publication. 2017. Disponível em: https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_LexiconofLies.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

MOLINA, Maria D.; SUNDAR, Shyam; LE, Thai; LEE, Dongwon. “*fake news*” Is Not Simply False Information: A Concept Explication and Taxonomy of Online Content. **American Behavioral Scientist**, v. 65, n. 2, p. 180-212, out. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0002764219878224>. Acesso em: 20 jun. 2021.

TARDÁGUILA, Cristina; BENEVENUTO, Fabrício; ORTELLADO, Pablo. *Fake news* Is Poisoning Brazilian Politics. WhatsApp Can Stop It. **The New York Times**, United States, NY, Opinion, 17 out. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/17/opinion/brazil-election-fake-news-whatsapp.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

THWEATT, Elizabeth. **Bibliography of hate studies materials**. Disponível em: guweb2.gonzaga.edu/againsthate/thweatt.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

VICTOR, Fabio. Notícias falsas existem desde o século 6, afirma historiador Robert Darnton. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de fev. de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859726-noticias-falsas-existem-desde-o-seculo-6-afirma-historiador-robert-darnton.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.

WALDRON, Jeremy . Dignity and defamation: the visibility of hate. **Harvard Law Review**, v. 123, n. 1596, p. 1597-1657, 2010.

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

Júlia Almeida Graduada em Comunicação Social pela UFF (1989), possui mestrado e doutorado em Linguística pela Unicamp (1993 e 1998), este último com bolsa-sanduiche na Universidade de Paris VIII (1995-1996). Realizou pós-doutorado em Literatura na Duke University (EUA, 2007), em Estudos culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea – PACC/UFRJ (2012-2013), em Geografia urbana na Universidade Federal Fluminense (2016) e em Linguística na Universidade Federal de São Carlos (2021-2022). É professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atua desde 2003 nas áreas de Linguística e Estudos Literários. É autora dos livros *Estudos deleuzeanos da linguagem* (Ed. da Unicamp (2003), *Textualidades contemporâneas – Texto, Imagem, Cultura* (EdUFES, 2012), *O fardo da autorrepresentação do brasileiro* (Pontes, 2017), co-organizadora dos livros *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas* (7 Letras/Faperj, 2013 e 2019), *Literatura e voz subalterna* (EdUFES, 2016), *Estudos culturais: legado e apropriações* (Pontes, 2017) e de diversos artigos publicados em revistas de letras, comunicação e cultura. Desenvolve atualmente pesquisas sobre literatura de autoria feminina e discurso lítero-musical e, como compositora e cantora, lançou os álbuns *Vim pra roda, sim!* (2020) e *Samba na sombra* (2022).

E-mail: almeidajuliamc@gmail.com

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3648370916765504>

Roberto Leiser Baronas Trabalhando como mecânico, cursou o Ensino Médio Magistério na Escola Estadual Ministro João Alberto, em Nova Xavantina – MT (1987). Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – *Campus* Universitário do Araguaia, em Pontal do Araguaia – MT (1994) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Araraquara (2003). Com apoio de Bolsa Capes, desenvolveu sua tese sob a orientação de Edna Fernandes dos Santos Nascimento. Com apoio de bolsa PDEE/Capes, fez doutorado sanduiche na Université Paris Est – Créteil – Val de Marne – França, no Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos, Escritos e Comunicação – CÉDITEC – sob a supervisão de Simone Bonnafous (2003). Realizou estágio de Pós-Doutorado de um ano com bolsa PDS do CNPq, junto ao Grupo de Pesquisa/CNPq Linguagem, Identidade e Memória, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/LAEL/Faculdade de Filosofia Comunicação Letras e Artes/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, sob a supervisão de Beth Brait (2012). Trabalhou como professor de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino fundamental e médio de Mato Grosso, onze anos e meio na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – *Campus* Universitário de Alto Araguaia. Atualmente, é professor Associado no Departamento de Letras e orientador de trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, de dissertação de mestrado, de tese de doutorado e de supervisão

de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR e de dissertação e de tese no PPGEL da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1 C. Foi presidente e membro da Comissão Assessora para Análise de Novos Cursos de Pós-Graduação na UFSCar – 2019. Foi um dos coordenadores da Comissão de Análise de Discurso da ABRALIN. Traduziu diversos artigos e livros relevantes no campo dos estudos discursivos. É organizador e autor de diversos livros e artigos no domínio dos estudos discursivos. É um dos editores responsáveis pela *Revista de Popularização em Ciências da Linguagem – Linguasagem* da UFSCar. Foi Editor da *Revista da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN* de 2014 a 2017. Foi Delegado Regional da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil de 2014 a 2018. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL, no período de 2016 a 2018. É o coordenador da Unidade de Pesquisa em Linguística popular – UPLiP/UFSCar. É também um dos coordenadores do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais – LEEDiM – UFSCar/CNPq. Tem experiência na área de Linguística com ênfase nos domínios da Linguística popular/*Folk linguistics*, da Análise do Discurso e da Filosofia da Linguística e do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística popular, análise do discurso, discurso político, discurso digital e epistemologia e história da linguística brasileira. Defendo uma sociedade brasileira mais justa e igualitária.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4613001301744682>

Karina Paes Delgado Licenciada em Química pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2019) e Mestra em Educação em Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGEEdCM) da mesma instituição (2022). Foi bolsista FAPESP de Iniciação Científica na área de Química Analítica, no período de nov./2017 – out./2018, e na área de Ensino de Química, no período de maio/2019 – dez./2019, ambas desenvolvidas no *campus* Araras da UFSCar, e bolsista PIDICT da atividade de extensão RTI – Difundindo e popularizando as atividades de ensino, pesquisa e extensão do CCA, no período de mar./2020 – fev./2022. Atualmente é professora da educação básica do estado de São Paulo, lecionando a disciplina de química para turmas do ensino médio regular e de tecnologia e inovação para o ensino fundamental II.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7178426290089478>

Lafayette Batista Melo Tem graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Paraíba (1993), mestrado em Engenharia Biomédica pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e doutorado em Psicologia (Psicologia Cognitiva) pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Realizou pós-doutorado em Linguística (Análise do Discurso) na Universidade Estadual

de Campinas (2014). Atualmente, é professor da Unidade Acadêmica de Informática do Instituto Federal da Paraíba, atuando também no curso de Letras a Distância como pesquisador e fazendo parte do Programa de Pós-graduação de Tecnologia da Informação (Mestrado Profissional em Informática). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tecnologia Educacional, atuando principalmente nas seguintes áreas: Interação Humano-Computador, Informática em Educação e Educação a Distância, Análise do Discurso e Hipertextos e mais recente em Metodologias Ativas e Gamificação.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2144574905285987>

Tathiane Milaré Possui Licenciatura em Química pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2005), mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e Doutorado em Ensino de Química pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é professora do Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação da Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de Ciências e de Química, atuando principalmente em temas relativos à Alfabetização Científica e Tecnológica e à análise epistemológica da produção da Pesquisa em Ensino de Química.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4030661520659155>

Juliette Roussin Cheminement de carrière 2018-2020. Stagiaire postdoctorale au Centre de recherche en éthique, Université de Montréal. 2017-2018. Chargée de cours à Sciences-Po Reims. 2016-2018. Professeure agrégée détachée sur un poste de Maître de conférences au Collège de France. 2015-2016. Attachée temporaire d’enseignement et de recherche au département de philosophie de l’Université Rennes 1. 2014-2015. Attachée temporaire d’enseignement et de recherche au département de philosophie de l’Université Paris 1. 2010-2013. Doctorante contractuelle au département de philosophie de l’Université Paris 1. **Formation** 2016. Doctorat en philosophie de l’Université Paris I Panthéon-Sorbonne. 2013. *Visiting Scholar* à Brown University. 2012-2013. Collaboratrice scientifique au Centre de Théorie Politique de l’Université Libre de Bruxelles. 2012. *Fulbright Visiting Scholar* à Columbia University. 2009. Agrégation de philosophie. 2007. Master 2 Philosophie et société à l’Université Paris 1. 2006. Master 1 de philosophie à l’École normale supérieure de Lyon. 2005. Licence 3 à l’Ens de Lyon et l’Université Lyon III. 2004. Entrée à l’École normale supérieure Lettres et Sciences humaines de Lyon. **Prix et distinctions** 2013. Bourse d’échange doctoral, Brown University / Université Paris 1. 2012. Bourse de la commission franco-américaine Fulbright. 2010-2013. Contrat doctoral de l’Ens de Lyon. 2006-2007. Bourse d’excellence de l’Université Paris 1.

Email juliette.roussin@fp.ulaval.ca.

Link para acessar o CV: [Juliette Roussin | Faculté de Philosophie | ULaval](#)

Julio Antônio Bonatti Santos Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Atualmente desenvolve sua segunda tese de doutorado, na área de Ciências Sociais – Universitat de València (Espanha). Foi pesquisador visitante na School of Languages and Applied Linguistics, Open University (Reino Unido), como bolsista CAPES (PRINT: Programa Institucional de Internacionalização). É mestre e graduado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP. É pesquisador do Grupo de Investigación en Teoría Crítica (Universitat de València: <https://critica.blogs.uv.es/investigadoresas/>) e do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais – LEEDiM – UFSCar/CNPq. É membro da International Association for Discourse Studies. Atuou como professor de diversas disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais na Universidade de Franca (UNIFRAN – Grupo Cruzeiro do Sul Educacional) e no Governo do Estado de São Paulo; recentemente atua como linguista em projeto de Inclusive Language na Lionbridge (Telus International) e como coordenador de localização na Emeritus. Pesquisou História dos Intelectuais, História do Pensamento Econômico, História Política (com o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra) e o problema discursivo da construção da autoria na obra de Noam Chomsky. Atualmente realiza pesquisa nas áreas de Sociologia e Análise de Discurso, principalmente no que diz respeito à temática da violência e do autoritarismo.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8833166697244816>

Hélvio Tolentino Mestre em Estudos Linguísticos Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGEL da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Autor da Dissertação *O discurso político sobre gênero na educação e a fórmula discursiva “ideologia de gênero”* (PPGEL–UFES, 2022)

E-mail: tolentinohelvio@gmail.com

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0841741824420092>

Wesley Nascimento Santos é graduado em Tradução e Interpretação em Libras/Português (TILSP), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com interesse no ensino de Libras como L2 para ouvintes, pesquisas nas áreas étnicos-raciais com foco identitário na surdez e negritude. Apresentou sua pesquisa nesta temática em Moçambique no evento internacional práticas pedagógicas inclusivas, ex-membro do conselho municipal de diversidade sexual lgbtqia+ de São Carlos - SP e ex-representante Nacional do Programa de Educação Tutorial (PET). Em 2022, participou da formação intitulada “Inclusive Nós” do programa fundo da população da ONU, atuou como tradutor e coordenou a equipe de tradutores na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022. Foi vice-diretor na diretoria de Tradução e Interpretação na Associação de Surdos de São Carlos e ator no coletivo BaobAfro.

E mail: wesley.nascimento@estudante.ufscar.br

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3336419125174801>

Publique com a gente e
compartilhe o conhecimento



www.lettraria.net

